



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GUSTAVO ANDRADE MARTINS**

**RA00222586**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**ETIÓPIA E A QUESTÃO DA SEGURANÇA NA REGIÃO DO CHIFRE DA  
ÁFRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natália Nóbrega de Mello**

São Paulo

2024

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. ASCENSÃO REGIONAL E INSTABILIDADE DOMÉSTICA: A DUALIDADE DA ETIÓPIA NO CHIFRE DA ÁFRICA</b>	<b>8</b>
2.1. Guerra Etiópia-Eritreia: Conflitos fronteiriços e Relações de Poder	10
2.2. A IGAD e o Papel da Etiópia no Chifre da África	16
<b>3. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DA ETIÓPIA NO COMBATE AO TERRORISMO E A INSTABILIDADE NA SOMÁLIA E NO CHIFRE DA ÁFRICA</b>	<b>20</b>
<b>4. DEFESA E AMEAÇA À HEGEMONIA: A QUESTÃO DA GERD SOB À ÓTICA DE EGITO, SUDÃO E ETIÓPIA</b>	<b>29</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Etiópia, o segundo país mais populoso da África e o Estado independente mais antigo do continente, ocupa uma posição estratégica e influente na região do Chifre da África (Blanchard, 2015). Localizada no coração desta região, o país, apesar de não possuir acesso ao mar desde 1991, destaca-se em termos de população, recursos naturais e presença militar. Sua significativa população, representando quase metade da população do Chifre da África, e seus laços históricos e culturais com os países vizinhos conferem-lhe uma influência significativa (Mesfin, 2012).

Figura 1: Região do Chifre da África



Fonte: Wikipédia

Geograficamente, a Etiópia possui montanhas altas que atuam como barreiras naturais contra ataques externos e é rica em recursos naturais, especialmente água, contribuindo com mais de 85% do rio Nilo, essencial para os estados ao seu redor (Mesfin, 2012). Essa posição geográfica vantajosa e a abundância de recursos naturais não apenas protegem o país, mas também lhe conferem uma posição de poder na negociação de recursos hídricos na região. Economicamente, desde 1991, o país tem experimentado um notável crescimento, com melhorias substanciais em infraestrutura, educação e saúde, promovidas pela Frente Democrática do Povo Etíope, no poder desde o início da década de 1990. Esse crescimento visava não apenas satisfazer as necessidades de uma população jovem em crescimento, mas também fortalecer a legitimidade interna do governo e atrair investimentos estrangeiros (Mesfin, 2012).

Apesar de nunca ter sido colonizada, exceto pela ocupação italiana durante a Segunda Guerra Mundial, a Etiópia emergiu como um estado-nação reconhecido cedo e desempenha um papel vital nos assuntos africanos, sendo membro fundador da Liga das Nações, das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (OUA) (Quinn; Akyol, 2021). Esta história única de independência e reconhecimento internacional precoce conferiu à Etiópia um *status* de liderança moral e política no continente africano.

Sob a liderança do ex-primeiro-ministro Meles Zenawi (1995-2012), a Etiópia consolidou-se como um ator regional e internacional influente, impulsionada por crescimento econômico, projetos de infraestrutura e um compromisso com operações de paz. Em 2002, durante o conflito com a Eritreia, a Etiópia formulou uma nova doutrina de política externa focada em desenvolvimento e estabilidade, similar à Doutrina Monroe (Gouriellec, 2018). Esse plano foi dividido em cinco pontos apresentados a seguir.

(1) resolver a disputa entre a Etiópia e a Eritreia apenas e exclusivamente por meios pacíficos, (2) resolver as causas raízes do conflito por meio de diálogo com o objetivo de normalizar as relações entre os dois países, (3) aceitar, em princípio, a decisão da Comissão de Fronteiras Etiópia–Eritreia, (4) concordar em pagar suas taxas à Comissão de Fronteiras Etiópia–Eritreia e nomear oficiais de ligação em campo, e (5) iniciar o diálogo imediatamente com a intenção de implementar a decisão da Comissão de Fronteiras Etiópia–Eritreia de maneira consistente com a promoção da paz sustentável e dos laços fraternos entre os dois povos (Addis Tribune, 26 de novembro de 2004, p. 1) (Villicana & Venkataraman, 2006, p. 568, tradução livre).

Esse período de liderança foi marcado por uma diplomacia ativa e uma presença militar significativa nas operações de manutenção da paz na região.

Como sede da <sup>1</sup>União Africana (UA), a Etiópia tem uma influência significativa nos assuntos africanos e contribui com um número considerável de tropas para operações de manutenção da paz. Com um exército potente e bem equipado, variando entre 200.000 a

---

<sup>1</sup> A União Africana (UA) foi fundada em 2002 como sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA). Possui 55 Estados-membros que representam todos os países do continente africano. São eles: 1) África Central: República do Burundi, República dos Camarões, República Centro-Africana, República do Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, República da Guiné Equatorial, República Gabonesa e República Democrática de São Tomé e Príncipe; 2) África Oriental: União das Comores, República do Djibuti, Estado da Eritreia, República Democrática Federal da Etiópia, República do Quênia, República de Madagascar, República de Maurício, República de Ruanda, República de Seychelles, República Federal da Somália, República do Sudão do Sul, República do Sudão, República Unida da Tanzânia e República de Uganda; 3) Norte da África: República Argelina Democrática e Popular, República Árabe do Egito, Líbia, República Islâmica da Mauritânia, Reino de Marrocos, República Árabe Saharaui Democrática e República da Tunísia; 4) África Austral: República de Angola, República do Botswana, Reino de Eswatini, Reino do Lesoto, República do Malawi, República de Moçambique, República da Namíbia, República da África do Sul, República da Zâmbia e República do Zimbábue; e 5) África Ocidental: República do Benim, Burkina Faso, República de Cabo Verde, República da Costa do Marfim, República da Gâmbia, República da Gana, República da Guiné, República da Guiné-Bissau, República da Libéria, República do Mali, República do Níger, República Federal da Nigéria, República do Senegal, República de Serra Leoa e República Togolesa (AFRICAN UNION).

250.000 soldados, a Etiópia é membro da <sup>2</sup>Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e desempenha um papel crucial na manutenção da segurança regional (Blanchard, 2015; Mesfin, 2012). A capacidade militar do país, aliada à sua influência política, faz da Etiópia um ator central na arquitetura de segurança regional.

Entretanto, a localização geopolítica da Etiópia traz desafios, exigindo que lide com interesses variados e frequentemente conflitantes de seus vizinhos. Isso dificulta a formulação de políticas de longo prazo e a previsão de ataques hostis (Mesfin, 2012). A Etiópia faz fronteira com países como a Eritreia, Sudão, Sudão do Sul, Quênia, Somália e Djibouti, cada um com seus próprios problemas internos e interesses regionais. Apesar dessas dificuldades, a Etiópia busca manter a paz e a estabilidade na região, utilizando sua posição na IGAD para garantir seus interesses e exercer influência regional (Gouriellec, 2018).

No cenário internacional, o país desempenha um papel vital na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) com o objetivo de garantir paz e segurança, além de cooperação política e econômica. A IGAD surgiu para responder de maneira eficaz às crises políticas na região, que normalmente se transformam em conflitos armados e, conseqüentemente, resultam em crises humanitárias (Kłosowicz, 2015). Seus países membros são Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Somália e Uganda. A organização se concentra em três eixos principais: Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos; Assuntos Políticos; e Assuntos Humanitários (Elowson; de Albuquerque, 2016). A liderança da Etiópia na IGAD e em outras organizações regionais e internacionais destaca sua importância estratégica e seu compromisso com a estabilidade regional.

Kłosowicz (2015) expõe o papel do país na manutenção da paz e estabilidade no continente africano com o envio de tropas de paz para missões na União Africana e na ONU. O autor exemplifica com o importante papel que a delegação de Addis Ababa desempenhou nas negociações de paz entre Juba e Cartum quando o Sudão, em 2011, estava sendo dividido e, também, na Primavera Árabe resultando em um acordo de paz entre as partes, assinado na capital etíope em setembro de 2012, prevendo a criação de uma zona tampão desmilitarizada ao longo da fronteira. Para combater o terrorismo, em janeiro de 2014, 4.000 tropas etíopes

---

<sup>2</sup> A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) foi criada para substituir a Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento (IGADD), fundada em 1986 para reduzir os efeitos das recorrentes secas severas e outros desastres naturais que resultaram em fome generalizada, degradação ecológica e dificuldades econômicas na região. Com os novos desafios políticos e socioeconômicos emergentes, a assembleia de Chefes de Estado de Governo, reunida em Addis Abeba em abril de 1995, decidiu revitalizar a IGADD e expandir as áreas de cooperação entre os Estados-membros. Desse modo, houve a aprimoração da cooperação regional em três áreas prioritárias: segurança alimentar e proteção ambiental, cooperação econômica, integração regional, desenvolvimento social, paz e segurança (IGAD).

foram enviadas à Somália como parte da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) tendo um mandato na ONU. Estima-se que 22 mil tropas etíopes participem de missões de paz e estabilidade da UA. Como país influente na União Africana, a Etiópia usa sua incontestável posição na IGAD para garantir seus próprios interesses na região.

Embora o país seja influente tanto no *soft* como no *hard power*, é negligenciado no ambiente acadêmico e há uma escassez de literatura a respeito da Etiópia e, de modo geral, sobre a África. O país construiu a sua identidade como sendo provedora de segurança na região, embora suas conquistas reais nesta seara não correspondam ao seu aparente *status* levando os autores a classificá-lo como um “*hegemon* imperfeito” (Gouriellec, 2018). Liderança é um conceito que melhor explicaria a situação etíope entre os anos 2000 e 2018, uma vez que o país nunca foi preponderante no Chifre da África (Gebreluel, 2023). Todavia, a Etiópia apresenta potencial em se tornar um *hegemon* regional, conforme argumentam Quinn e Akyol (2023).

Contudo, conflitos constantes na região aliados a problemas de pobreza e instabilidade doméstica impedem o país de assumir o papel de *hegemon* regional. As manifestações em massa no estado de Oromia que denunciavam a repressão política, a posição dominante da Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF) na Frente Democrática do Povo Etíope (EPRDF) e o papel que seus negócios assumiram na economia fragilizaram as estruturas do Estado etíope (Gebreluel, 2023; Kłosowicz, 2015). Ademais, a criação do Estado da Eritreia em 1993, a perda de acesso marítimo por parte da Etiópia e a disputa fronteiriça que resultou em um conflito armado ao final dos anos 1990 acentuam as dificuldades do país em ser hegemônico na região do Chifre da África (Quinn; Akyol, 2021; Kłosowicz, 2015; Lyons, 2009).

Todavia, a Etiópia apresenta potencial em ser *hegemon* regional: é o segundo estado mais populoso após a Nigéria e é o estado mais populoso do Chifre; possui o terceiro maior exército da África Subsaariana, com capacidade de realizar missões de *peacekeeping*; seu crescimento econômico estava bastante acelerado antes da pandemia de COVID-19 (uma média de 9,9% entre o período de 2007 e 2017 contrastando com a média regional de 5,4%); e apresenta influência significativa nos assuntos internacionais africanos, uma vez que é país-sede da União Africana (Quinn; Akyol, 2021). Além disso, em 2017, o país abrigava aproximadamente 40% da população total do bloco da Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD), bem como 25% de sua capacidade militar; possuía o quarto maior orçamento militar do bloco e a terceira maior economia (Gebreluel, 2023). Ademais, a Etiópia foi o único estado africano não colonizado por potência europeias e, por essa razão, muitos países africanos optaram por escolherem as cores etíopes para suas bandeiras nacionais (Kłosowicz, 2015).

Diante desse contexto, este Trabalho de Conclusão de Curso visa investigar o papel da Etiópia na manutenção da estabilidade e segurança no Chifre da África, considerando seus conflitos fronteiriços, relações com países vizinhos e participação em operações de paz. Para tal, será realizado uma revisão no debate da literatura acerca dos desafios geopolíticos, relações regionais e estratégias de segurança do país na região e uma análise detalhada de dois casos: a estratégia de segurança do Estado etíope no combate ao terrorismo na Somália e os impactos políticos da *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (GERD) no rio Nilo, principalmente, no Egito e no Sudão.

## **2. ASCENSÃO REGIONAL E INSTABILIDADE DOMÉSTICA: A DUALIDADE DA ETIÓPIA NO CHIFRE DA ÁFRICA**

É importante estudar a Etiópia no campo das Relações Internacionais por dois motivos: o primeiro, por ser uma potência ascendente em uma região marcada por conflitos, apresentando-se como um “hegemônico benevolente”, embora seus vizinhos o percebam de maneira oposta e, o segundo, por haver um *déficit* considerável em literatura das Relações Internacionais a respeito da África, sendo frequentemente negligenciada. A Etiópia construiu a sua identidade como provedora de segurança na região, embora suas conquistas reais nesse campo estarem aquém ao esperado levando a um questionamento de sua hierarquia por parte de seus vizinhos. A situação de segurança regional é praticamente idêntica há 15 anos. Desse modo, o país é classificado como “um *hegemon* imperfeito” (Gouriellec, 2018).

Ao invés de hegemonia, Gebreluel (2023) defende que o conceito de liderança conseguiria explicar melhor a situação etíope entre 2000 e 2018. A Etiópia nunca foi um país preponderante no Chifre da África, embora alguns autores assumam isso como uma premissa. Em 2017, a Etiópia abrigava cerca de 40 por cento da população total do bloco comercial da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), bem como 25 por cento de seu poderio militar; possuía o quarto maior orçamento militar do bloco (um terço do tamanho do Sudão) e a terceira maior economia. Portanto, a união de Estados da IGAD poderia conter a sua ascensão regional. Apesar disso, era consenso que o país conseguia exercer influência como nenhum outro estado da região.

Já Quinn e Akyol (2021) argumentam que a Etiópia possui um forte potencial para se tornar uma potência hegemônica regional, considerando que é o segundo país mais populoso do continente africano, ficando atrás apenas da Nigéria, além de ser o estado mais populoso do Chifre da África. Além disso, apresenta o terceiro maior exército da África Subsaariana, com capacidade, inclusive, de manutenção da paz. Ademais, o país está buscando iniciar uma

marinha com base em Djibouti. Em 2012, possuía a sexta maior pontuação no Índice Composto de Capacidade Nacional (CINC) na África, atrás de Egito, Nigéria, África do Sul, RDC e Marrocos. Na região do Mar Vermelho/Oriente Médio, ocupa a terceira posição, atrás da Arábia Saudita e do Egito. Seu crescimento econômico estava bastante acelerado e dinâmico antes da pandemia de COVID-19 (uma média de 9,9% entre 2007 e 2017 - muito superior à média regional de 5,4%). Na questão de política externa, o país possui uma influência significativa nos assuntos internacionais africanos, uma vez que é país-sede da União Africana. Como é um local de encontro para muitos diplomatas, é uma fonte importante de *soft power*. Porém, haja vista as significativas taxas de pobreza e o potencial em instabilidade doméstica, a Etiópia pode ter dificuldade em realizar o seu papel como *hegemon* regional.

Outro dado importante é que a Etiópia carrega um forte simbolismo ao ser o único estado africano não colonizado por potências europeias (exceto pela ocupação italiana de 1936 a 1941). Este simbolismo se manifesta no fato de muitos países africanos terem escolhido as cores etíopes para suas bandeiras nacionais. Em termos militares, o país é dominante no Chifre da África. Somente o Sudão pode ser comparado à Etiópia em determinados aspectos, mas não é páreo para este último em termos de população (38 milhões), poder militar e influência tanto regional quanto internacionalmente. Os outros países - Eritreia, Djibouti, Somália, Quênia e Sudão do Sul - são menores e mais fracos. A somatória da população dos cinco países totaliza 109 milhões de habitantes (10 milhões a mais que a população etíope). Com tanto poder, a Etiópia deveria, teoricamente, controlar o ambiente regional. No entanto, isso não ocorre em razão dos constantes conflitos presentes na região (Kłosowicz, 2015). No entanto, problemas de pobreza e de instabilidade doméstica limitam a capacidade da Etiópia de se tornar um *hegemon* regional. Gebreluel (2023) expõe que, na visão do partido Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF), no poder desde 1991, a viabilidade do Estado foi ameaçada pela escalada e consistência do movimento de protesto em massa que eclodiu no estado de Oromia em 2014. Os manifestantes denunciavam a repressão política, a posição dominante da Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF) na EPRDF e o papel central que seus negócios intrínsecos no partido assumiram na economia. Paradoxalmente, a posição de política externa da Etiópia pós-1991 pode ser analisada tanto como um *hegemon* em potencial em ascensão quanto um estado fraco na região visando o apoio de atores externos (Quinn; Akyol, 2021).

Para compreender a posição da Etiópia e os desafios de sua hegemonia no Chifre da África, é necessário analisar o relacionamento com a Eritreia, um país cuja independência alterou profundamente as dinâmicas políticas na região. Com a fundação do estado

independente da Eritreia em 1993, a Etiópia perdeu acesso ao mar (atualmente é um dos países mais populosos do mundo sem acesso marítimo). Isso foi um fator determinante para as diretrizes da política externa etíope, sendo a disputa fronteiriça com a Eritreia uma das questões mais urgentes na região (Kłosowicz, 2015).

## **2.1. Guerra Etiópia-Eritreia: Conflitos fronteiriços e Relações de Poder**

Ao final de 2008, as tensões na fronteira entre a Etiópia e a Eritreia eram tão extremas, quanto ao período da assinatura do acordo de cessar-fogo nos anos 2000, ao final da guerra. O processo de paz estabelecido pelo Acordo de Argel não foi cumprido e não há sinais de que o acordo seja refeito ou que haja um novo no curto-prazo. A Comissão de Fronteira Eritreia-Etiópia (EEBC) deixou de existir em novembro de 2007 sem ter delimitado a fronteira entre os dois países; a Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE) finalizou seu mandato em agosto de 2008; os militares eritreus reocuparam a Zona de Segurança Temporária. A Etiópia permanece dominando as áreas que a EEBC demarcou no lado eritreu da fronteira (em especial, na cidade de Badme) e as tropas etíopes e eritreias estão frente a frente ao longo da fronteira. A Eritreia acredita que a posição da EEBC é final e possui o caráter de lei internacional. Por outro lado, a Etiópia agarra-se à sua influência regional e ao apoio dos Estados Unidos. O impasse que permanece é longo e custoso (Lyons, 2009).

A Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF), liderada pelo primeiro-ministro Meles Zenawi, e a Frente de Libertação do Povo Eritreu (EPLF), liderada pelo presidente Isaias Afwerki, cooperaram de maneira bastante próxima para derrubar o regime de <sup>3</sup>Mengistu Haile Mariam em 1991. Enquanto a EPRDF uniu-se a outros partidos visando constituir um Governo de Transição na Etiópia, a EPLF ascendeu ao poder na Eritreia e estabeleceu um governo provisório. Em abril de 1993, os eritreus decidiram por unanimidade sua independência em um referendo monitorado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A EPRDF reconheceu a independência do país vizinho e estabeleceu uma relação de cooperação que duraria pelos próximos anos (Lyons, 2009).

---

<sup>3</sup> Foi tenente-coronel do exército da Etiópia, vice-presidente da junta militar comunista que chega ao poder em 1974, após a queda do imperador Hailé Selassié I, e chefe de Estado entre 1977 e 1991 (Arquivo Marxista na Internet).

Figura 2: Avanços das tropas etíopes, eritreias, soviéticas e cubanas na derrubada do regime comunista da Etiópia e a independência do Estado da Eritreia



Fonte: Wikipédia

Entretanto, em 1998, as relações entre as duas nações se deterioraram. Lyons (2009) aponta que disputas ocorreram em razão do acesso da Etiópia, que não possui acesso ao mar, aos portos eritreus de Massawa e Asab, de questões relacionadas à cotação da moeda eritreia com a etíope, e de insatisfações acerca da localização exata de sua fronteira mal demarcada, entre outros motivos. Em maio daquele ano, as forças armadas da Eritreia atacaram a disputada fronteira de Badme, ação que rapidamente escalou para um conflito de largas proporções. A violência foi particularmente acentuada pelos laços históricos entre os dois povos, partidos no poder e líderes. Meles e Isaias se acusaram mutuamente de traição, e ambos os países compartilhavam uma cultura política caracterizada pela violência absoluta e por cálculos de soma zero em detrimento do compromisso e de ganhos conjuntos. “Estima-se que entre 70.000 a 100.000 pessoas foram mortas, 1 milhão foram deslocadas e uma geração de oportunidades de desenvolvimento foi desperdiçada” (Lyons, 2009, p. 168, tradução livre).

Figura 3: Territórios disputados na guerra Etiópia-Eritreia



Fonte: Wikipédia

Em maio de 2000, após um período de impasse militar e negociações improdutivas, a Etiópia derrotou o exército da Eritreia e forçou o país a retirar suas tropas para posições pré-conflito (maio de 1998). Um acordo de cessar-fogo foi assinado em junho de 2000 e, em dezembro daquele mesmo ano, as partes em guerra assinaram um acordo mediado internacionalmente na capital da Argélia, Argel, com a Organização da Unidade Africana (atual União Africana), a Argélia, a União Europeia e os Estados Unidos atuando como testemunhas do acordo (Lyons, 2009).

Lyons (2009) detalha o Acordo de Argel.

(...) estabeleceu um cessar-fogo, criou uma zona de segurança temporária (ZST) de 25 quilômetros a ser patrulhada pela UNMEE e pela EEBC para delimitar a fronteira, além de uma comissão de reivindicações para avaliar a responsabilidade por danos de guerra. Sobre a questão da fronteira, o acordo seguiu a prática africana e confirmou as fronteiras coloniais. Sob o Artigo Quatro do acordo, a EEBC foi encarregada de 'delimitar e demarcar a fronteira do tratado colonial com base nos tratados coloniais pertinentes (1900, 1902 e 1908) e no direito internacional aplicável', sendo essa determinação final e vinculativa (...) (Lyons, 2009, p. 168, tradução livre).

Apesar do cessar-fogo ser um dos pontos do acordo que efetivamente foram postos em prática, outras disposições não foram implementadas e o acordo mostrou ser infrutífero. Em abril de 2002, a EEBC determinou que a cidade de Badme estava do lado eritreu da fronteira, enquanto outras áreas, simbolicamente menos importantes, reivindicadas pela Eritreia, estavam do lado etíope. A cidade de Badme, embora não tenha sido o motivo catalisador do conflito, foi utilizada por ambos como marcador para determinar se haviam 'ganhado' ou 'perdido' a guerra.

Desse modo, o controle dessa pequena e desolada cidade tornou-se diretamente atrelado ao prestígio político - e até mesmo à sobrevivência - de ambos os regimes (Lyons, 2009).

Após a decisão a respeito da fronteira, os líderes etíopes se opuseram veementemente a ela e fizeram de tudo, exceto retomar as hostilidades, para atrasar a oficialização. Lyons (2009) aponta que, em setembro de 2003, o primeiro-ministro Meles Zenawi, em carta dirigida ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, caracterizou a decisão da EEBC como ‘totalmente ilegal, injusta e irresponsável’ e solicitou um ‘mecanismo alternativo’ para demarcar a fronteira. Tal repúdio tornou-se um desafio para a concretização do acordo de paz de Argel. Mais tarde, Meles emitiu uma iniciativa de paz em cinco pontos em novembro de 2004, que contemplava a aceitação da fronteira estabelecida pela EEBC, além de um diálogo pela construção da paz.

Em outubro de 2005, a Eritreia tomou medidas drásticas para forçar a questão da demarcação de fronteiras como resposta à frustração com a Etiópia e à convivência internacional com o Estado etíope. Lyons (2009) expõe quais medidas foram essas: proibição de voos de helicóptero da UNMEE, levando a ONU a retirar suas tropas de quase metade dos seus locais de implantação. No mês seguinte, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1640, exigindo que a Eritreia abolisse suas restrições, que a Etiópia aceitasse a demarcação de fronteira estabelecida pela EEBC, e que ambos os estados revertissem a recente mobilização militar. Ademais, a Resolução previa impor sanções contra a Eritreia caso não retirasse as restrições à UNMEE.

Os EUA, em resposta à crise sobre a UNMEE e a não implementação da Resolução 1640, enviou a Secretária Assistente de Estado para Assuntos Africanos, Jendayi Frazer, à região, onde ela se encontrou com autoridades etíopes, mas foi negada a ela a possibilidade de realizar reuniões em Asmara. Diversas reuniões internacionais ocorreram posteriormente, porém sem resolver o impasse. “(...) representantes das Testemunhas do Acordo de Argel se reuniram em Nova York em fevereiro de 2006, e a EEBC se encontrou em Londres com autoridades de Addis Abeba e Asmara em março e maio de 2006 (...)” (Lyons, 2009, p. 169, tradução livre). Em maio de 2006, o efetivo militar da UNMEE foi reduzido de 3.300 para 2.300 soldados.

A EEBC, em junho de 2006, após não conseguir reunir a Etiópia e a Eritreia para negociações, afirmou: “A situação está além dos poderes da Comissão de remediar devido à manifesta implacabilidade” (Plaut 2006). Inicialmente, a Etiópia recusava categoricamente aceitar o acordo e, em seguida, passou a concordar “em princípio” para, por fim, aceitar sem objeções (embora pedisse mais negociações). Por outro lado, a Eritreia se recusou a aceitar a necessidade de negociações adicionais e não aceitou reuniões com representantes da ONU.

Segundo Pratt (2006), a Etiópia “é culpada de fazer birra”, mas a resposta “passivo-agressiva” da Eritreia não ajudou. A EEBC foi dissolvida em novembro de 2007 sem determinar marcos físicos na demarcação de fronteira. O conflito, embora não se limitasse à demarcação de fronteiras, era um pré-requisito necessário para o progresso em outras questões (Lyons, 2009).

Embora as tensões entre ambas as nações fossem bastante crescentes, não havia motivações suficientes, tanto para a Eritreia, quanto para a Etiópia, para romper o cessar-fogo, uma vez que ambos os regimes acreditavam que o outro iria colapsar e acreditavam que o tempo estava a seu favor. No caso eritreu, a comunidade internacional deveria forçar a Etiópia a cumprir a decisão final da EEBC e, no caso etíope, não havia necessidade em alterar o *status quo*, visto que Badme estava sob seu controle e a comunidade internacional não aplicou nenhuma pressão significativa. Como não havia um conflito direto, Lyons (2009) explica que conflitos indiretos eram mais frequentes.

As tensões entre os dois estados foram deslocadas do conflito de fronteira congelado para o apoio aos movimentos de oposição do outro e para conflitos por procuração na Somália. Quando as tensões aumentam, tendem a ser deslocadas para conflitos indiretos, em vez de confrontos militares diretos na fronteira (Lyons, 2009, p. 170, tradução livre).

Por outro lado, Lata (2003) analisa o conflito de maneira distinta. Embora a Etiópia e a Eritreia estarem oficialmente em guerra, “as pessoas que estão lutando entre si não devem ser vistas como toda a Etiópia contra toda a Eritreia”, segundo Chester Crocker. “São realmente tigrés e eritreus se enfrentando”, conclui ele.

De maneira surpreendente, tigrés e eritreus concordam com essa visão. Ghebru Assrat, ex-membro do Politburo da TPLF, possui convicção de que “somente o Tigré, e não toda a Etiópia, está sendo visado pelos eritreus”. E um eritreu, Alemseged Tesfai, afirma que a guerra é resultado da ambição tigré de ocupar toda ou parte da Eritreia “não para a Etiópia como um todo... mas para... fortalecer os interesses do Tigré”. Portanto, a guerra, em seu cerne, é entre os tigrés que dominam a Etiópia e os governantes da Eritreia, e advém de seus interesses e aspirações conflitantes (Lata, 2003).

Lata (2003) contextualiza o pensamento nacionalista de autodeterminação da Eritreia e da Etiópia entre 1960 e 1980. Porém, antes é necessário definir o conceito de autodeterminação: “apenas a função de trazer independência aos povos sob domínio colonial estrangeiro”. Ademais, “os povos assim definidos como merecedores de independência são definidos em termos dos territórios coloniais existentes, cada um dos quais contém uma nação” (Lata, 2003, p. 371, tradução livre). No caso eritreu, o domínio colonial italiano foi repetidamente utilizado como fator legitimador para o direito da Eritreia em ser uma nação independente. Todavia, no caso etíope, radicais estudantis aspirantes e bolcheviques começaram a adotar a noção de Lenin

a respeito de autodeterminação e a definição de nação de Stalin. Eles incorporaram dois temas centrais da abordagem leninista a respeito de autodeterminação: (1) as lutas por autodeterminação são consideradas legítimas somente quando são conduzidas por um partido pró-proletariado; e (2) o partido deve defender o direito à autodeterminação de maneira que evite a desintegração do estado. E, além disso, a definição stalinista sobre nação: “(...) comunidade historicamente evoluída, estável em linguagem, território, vida econômica e composição psicológica manifestada em uma comunidade de cultura (...)” (Lata, 2003, p. 372. tradução livre).

A maioria dos movimentos que surgiram no cenário político etíope a partir desse período, adotou essa definição de “nação” e adotou a abordagem leninista ao princípio da autodeterminação. Nesse período, jovens eritreus intelectuais da região de Kebesa aderiram ao movimento de libertação eritreu e, em conjunto com os ideais marxistas-leninistas aderidos por radicais estudantis, houve a destituição da liderança tradicionalista da frente de libertação original, a Frente de Libertação da Eritreia (ELF) (Lata, 2003).

Entretanto, segundo Lata (2003), a mudança de liderança não foi suficiente para tranquilizar uma facção localizada em Kebesa (liderada por Isaias Afewerki) que criticava o tratamento dispensado aos recrutas da região. Esses recrutas, de religião católica, não se sentiam contemplados pela liderança anterior da ELF, que compreendiam a causa eritreia como uma luta islâmica contra a Etiópia cristã, e eram vistos como potenciais agentes do regime etíope. Essa divisão resultou no surgimento de diversas facções denominadas de Forças Populares de Libertação (PLF) em 1970, que se fundiram em setembro de 1973, criando a Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF). Embora ambos os grupos fossem adeptos ao marxismo-leninismo, uma aliança entre eles era impossível.

A EPLF e a TPLF eram bastante similares durante os anos 1970 e a maior parte dos anos 1980, pois tinham mais convergências do que com qualquer outro grupo. Elias Habte Selassie aponta que “tais são os muitos desenvolvimentos paralelos na história e cultura organizacional das duas frentes que havia ocasionalmente confusão de identidade entre expatriados sobre quem é quem”. Entretanto, havia diferenças, como afirma John Young: “as diferenças políticas entre a TPLF e a EPLF durante os anos de luta serão refletidas em suas relações presentes e futuras, e, como resultado, elas podem ser muito mais problemáticas do que geralmente se imagina” (Lata, 2003, p. 373, tradução livre).

Richard Trivelli relata o histórico de alianças mutuamente oportunistas e táticas que a TPLF firmou tanto com a ELF, quanto com a EPLF a partir de meados dos anos 1970.

Quando as relações entre ela e a EPLF azedaram um ano depois, a TPLF mudou sua aliança para a frente rival, a ELF. Em 1979, estava novamente em aliança com a EPLF e em conflito com a ELF. Essas duas aliadas eventualmente se uniram para expulsar a ELF da Eritreia em 1981. As relações entre a TPLF e a EPLF começaram a azedar mais uma vez em 1983, culminando em uma ruptura aberta em 1985. A cooperação foi retomada apenas em 1988, quando derrotar o regime do Dergue começou a parecer mais promissor do que nunca. Para aproveitar a deterioração da situação do regime, as duas frentes decidiram deixar suas diferenças de lado e retomar as atividades militares conjuntas (Lata, 2003, p. 373, tradução livre).

Alemseged Tesfai descreve a volatilidade das relações da TPLF com a Eritreia e os eritreus: “começaram com amor, transformaram-se em ódio e, com a independência, voltaram ao amor novamente”. Em 1998, transformaram-se novamente em ódio. Trivelli explica que a relação de volatilidade entre os dois movimentos é resultado da falha em se discutir abertamente suas diferenças e em encontrar soluções democráticas para elas, além da maneira não democrática como as frentes eram estruturadas e lideradas por pessoas que “nutriam a forte convicção de que o destino as havia escolhido para alcançar a libertação de suas nações” (Lata, 2003).

Lata (2003) explica os motivos que levaram aos problemas políticos que surgiram durante os períodos de discórdia e suspeita: (1) definição antagônica do termo “nação”; (2) premissas conflitantes a respeito dos níveis de direito à autodeterminação; e (3) a influência do colonialismo para determinar essas duas questões. Os líderes da EPLF argumentavam que o domínio colonial italiano qualificava somente a Eritreia como nação com direito à independência (era vista como uma “questão colonial”), enquanto todos os outros casos eram descritos como “questões nacionais” visando a manutenção da unidade do restante da Etiópia.

A complexidade dos conflitos regionais e das questões de autodeterminação (como no caso da Eritreia, por exemplo) é intensificada pela atuação de organizações multilaterais que buscam estabilizar a região, ainda que nem sempre bem sucedidas. Nesse contexto, a Etiópia desempenha um papel crucial na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) com o objetivo de garantir paz e segurança, além de cooperação política e econômica. A IGAD surgiu para responder de maneira eficaz às crises políticas na região, que normalmente se transformam em conflitos armados e, conseqüentemente, resultam em crises humanitárias (Kłosowicz, 2015).

## **2.2. A IGAD e o Papel da Etiópia no Chifre da África**

A IGAD é responsável pela integração regional da África e é composta por oito Estados - Djibouti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão, Uganda e Sudão do Sul - que visam a promoção da segurança alimentar e proteção ambiental regional, a promoção e manutenção da paz, segurança e assuntos humanitários e, em especial, a cooperação e integração econômica

dos Estados membros, haja vista que a região da África Oriental e do Chifre da África são duas das zonas mais vulneráveis no continente africano. Estas regiões são caracterizadas por secas cíclicas e prolongadas ocasionando com que diversos Estados sejam afetados por ciclos de fome e insegurança alimentar. Esse cenário é acentuado com guerras civis, proliferação de grupos terroristas, pirataria marítima e colapso de Estados, dificultando os planos regionais para enfrentar essa situação (Zeca, 2017).

Figura 4: Logo da IGAD



Fonte: IGAD

Zeca (2017) contextualiza o surgimento da IGAD.

Apesar das dificuldades políticas, militares e securitárias, Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda decidiram unir forças para fazer face aos desafios regionais e em 1986 foi criada a Autoridade Intergovernamental Para a Seca e Desenvolvimento – IGAD. Em Setembro de 1993, Eritreia integrou-se à organização. Em Abril de 1995, em Adis Abeba, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da organização fez uma declaração para revitalizar IGADD e ampliar a cooperação entre os Estados membros. No dia 21 de Março de 1996, em Nairóbi, na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, foi assinada o Acordo de Emenda do IGADD, que passou a instituir a IGAD revitalizada e com um novo nome: A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento. A organização revitalizada expandiu as áreas de cooperação regional e criou uma nova estrutura organizacional. Assim, em 1996, foi criada a Autoridade Intergovernamental Para o Desenvolvimento – IGAD – na África Oriental, em substituição à Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento – IGADD (Zeca, 2017, p. 220).

Com o lema da “promoção da paz, prosperidade e integração regional”, um dos objetivos principais da IGAD é promover a paz e a estabilidade regional, a partir da criação de mecanismos regionais para a prevenção, gestão e resolução de conflitos intra e interestaduais, através do diálogo. Zeca (2017) aponta a importância desses mecanismos regionais para a pacificação do Sudão, Uganda e Somália, apesar de não ter obtido êxito no último caso. O caso somali merece destaque, visto que

A organização fez grandes esforços e patrocinou a conferência da paz para a Somália, que ocorreu no Quênia, no início dos anos 2000. As conversações para a pacificação somali, decorreram anteriormente no Djibuti, onde se decidiu formar uma Assembleia Nacional e um Governo Provisório (Zeca, 2017, p. 221).

Outro caso destacado pelo autor foi o do Sudão. Entre 1994 e 2002, a IGAD conseguiu com que ocorressem negociações diretas entre o Governo de Cartum e o <sup>4</sup>SPLA, através de negociações que aconteceram em Nairóbi e Machakos, no Quênia. Entretanto, as negociações foram suspensas em setembro de 2002, com conflitos diretos entre as tropas sudanesas e o SPLA. Em Uganda, a IGAD também exerceu o papel de mediador entre o Governo de Kampala e o <sup>5</sup>LRA, com vista a solucionar as divergências entre as partes em conflito.

Recentemente, a IGAD criou institutos especializados em prevenir e resolver conflitos e promover a paz e segurança na região. O primeiro é o <sup>6</sup>CEWARN (Centro de Aviso Prévio de Conflitos e Mecanismos de Resposta da IGAD) e o segundo é o <sup>7</sup>ISSP (Programa do Setor de Segurança da IGAD). O Centro de Aviso Prévio de Conflitos e Mecanismos de Resposta da IGAD foi criado em 2002 e é uma ferramenta que alerta para um possível conflito e busca respostas imediatas para impedi-lo e para a manutenção da paz. Trata-se, portanto, de uma rede bastante eficiente, visto que promove a redução de riscos de conflito na região (Zeca, 2017).

Figura 5: Logo do Centro de Aviso Prévio de Conflitos e Mecanismos de Resposta da IGAD (CEWARN)



Fonte: CEWARN

Figura 6: Logo do Programa do Setor de Segurança da IGAD (ISSP)



Fonte: IGAD-SSP

O Programa do Setor de Segurança da IGAD (ISSP) surgiu em outubro de 2011 e têm se mostrado bastante eficiente, assim como o Programa de Construção de Capacidade contra o Terrorismo (ICPAT), criado em 2006, cujo objetivo é elevar a capacidade dos Estados em resistir a ameaças terroristas e promover a cooperação de forma a garantir a segurança regional. O ISSP possui como objetivos principais e missão estratégica de promover a paz, segurança, desenvolvimento sustentável e integração regional; aumentar a eficácia dos Estados membros na área de segurança visando combater ameaças nacionais, transnacionais e regionais comuns;

<sup>4</sup> *Sudan People's Liberation Army* - Exército Popular de Libertação do Sudão

<sup>5</sup> *Lord's Resistance Army* - Exército de Libertação do Senhor de Uganda

<sup>6</sup> *IGAD's Conflict Early Warning and Response Mechanism*

<sup>7</sup> *IGAD Security Sector Program*

incrementar a capacidade militar dos Estados membros para enfrentar as ameaças comuns; e contribuir para a previsão, antecipação, prevenção e gestão de ameaças emergentes na região (Zeca, 2017).

Zeca (2017) explica o motivo do fracasso das organizações regionais nas intervenções humanitárias no Sudão do Sul, Ruanda, Burundi, Etiópia e Congo. A intensidade desses conflitos foi abordada de maneira superficial, na qual a diplomacia foi predominante comparado a outros mecanismos de gestão e resolução de conflitos, que envolvem diversas agências e atores, banalizando o papel das organizações regionais nos processos de prevenção, gestão e resolução de conflitos na África, bem como a necessidade de lidar de maneira mais profunda com os interesses dos atores envolvidos nos conflitos. Cohen (1996, p. 4) afirma que “a África Oriental, em geral, foi uma região onde nem a União Africana, nem a comunidade internacional tem sido capaz de avançar com processos de gestão de conflitos significativos, além da intervenção humanitária”. Berhanu (2020) também aborda outras missões de *peacekeeping* envolvendo a IGAD que acabaram fracassando: processo de reconciliação da Somália, processo de mediação no Sudão e no Sudão do Sul, e o impasse entre Eritreia e Etiópia a respeito da questão da disputa de fronteira.

Considerando-se os fatores mencionados, Samatar e Manchaka (2006, 51) argumentam que a qualidade da liderança e o sistema de governança prevalecente em cada país-membro são fundamentais para lidar de forma eficaz com a falta de paz em níveis local, nacional e regional. Esses atributos só podem ser aplicados com líderes de regimes políticos eficazes e legítimos, preparados para agir de maneira conjunta visando alcançar objetivos compartilhados na construção da paz das sociedades afetadas pela situação de conflito. Berhanu (2020) questiona, entretanto, se os regimes políticos na sub-região da IGAD, incluindo a Etiópia, preenchem esses critérios que lhes permitam contribuir de forma significativa para os esforços de construção da paz (independentemente ou conjuntamente com a IGAD como uma organização coletiva).

Por exemplo,

a Etiópia se destaca como um ator formidável no Chifre da África, em geral, e na sub-região da IGAD, em particular, devido a esses fatores. Isso é corroborado pelo amplo reconhecimento que o país desfruta em razão de seu envolvimento proativo em missões de manutenção da paz regionais e continentais e pelo rápido crescimento econômico registrado durante a última década. Vale também mencionar que a Etiópia é vista como um dos atores internacionais mais importantes na região, especialmente com o surgimento da urgência de combater o terrorismo e o extremismo islâmico. Como resultado, a Etiópia conta com o apoio de potências ocidentais, notadamente a União Europeia e os Estados Unidos, como aliada na luta contra forças rotuladas como extremistas, cujos interesses são considerados contrários aos dos atores poderosos no sistema internacional (Berhanu, 2020, p. 177, tradução livre).

Todavia, a Etiópia não se qualificou para tornar-se um *hegemon* regional da mesma forma que outros países, como Nigéria e África do Sul, que influenciam iniciativas de

construção de paz em suas próprias organizações sub-regionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental (ECOWAS) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), respectivamente. Entretanto,

além de ser uma das responsáveis pela criação da IGAD, a Etiópia desempenha papéis significativos nas principais atividades da organização nas áreas de resolução de conflitos e construção da paz. Isso é impulsionado por uma série de fatores também movidos por interesses próprios: o fato de o país compartilhar fronteiras com todos os países-membros da IGAD (exceto Uganda); a constante ebulição de conflitos intra e interestatais em vários países da IGAD, com o potencial de se espalhar pelas fronteiras comuns; questões de segurança contestadas moldando as relações da Etiópia com países-membros como Somália e Eritreia; e os conflitos internos contínuos entre o governo e uma série de grupos insurgentes de diferentes orientações (Berhanu, 2020, p. 177, tradução livre).

Para discutir melhor as questões levantadas pela literatura e em que medida a Etiópia pode ser pensada como um *hegemon* regional, a seguir, serão examinados de forma mais detida dois casos relacionados aos desafios de segurança da Etiópia na região do Chifre da África. O primeiro deles é acerca da estratégia de segurança do país no combate ao terrorismo na Somália e, o segundo, é a respeito da *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (GERD) e seus impactos na dinâmica política do rio Nilo, em especial, do Egito e do Sudão.

### **3. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DA ETIÓPIA NO COMBATE AO TERRORISMO E A INSTABILIDADE NA SOMÁLIA E NO CHIFRE DA ÁFRICA**

Após a queda do governo central da Somália, em 1991, o Chifre da África vivenciou um período de bastante instabilidade. Dessa forma, grupos terroristas internos e externos passaram a se refugiar no interior do país. Um desses grupos, o Al-Ittihad Al-Islamiya (AIAI), e seu grupo afiliado indígena, a Frente de Libertação Nacional de Ogaden (ONLF), atacaram a Etiópia inúmeras vezes entre 1995 e 1997. Esses grupos bombardearam bares, hotéis e prédios públicos tanto na capital, Addis Ababa, como em outras cidades no leste do país. O AIAI também efetuou ataques em unidades militares etíopes na cidade fronteiriça Dollo Ado nesse mesmo período (Belay, 2013).

Entretanto, com a fuga do Coronel Mengistu Haile Mariam, então ditador marxista da Etiópia, as novas autoridades etíopes não demonstraram, inicialmente, interesse em intervir na Somália pós-guerra. A Etiópia, com o Estado colapsado em função da queda da junta militar comunista Dergue, estava focada em reformar o Estado. Pouco depois de assumirem o poder, em 1991, os líderes da Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF) estavam interessados em estabelecer uma estrutura de Estado federal. A necessidade de reconfigurar o Estado visando

garantir sistemas de controle forçou as autoridades da TPLF a priorizar o olhar interno ao invés do externo (Ingiriis, 2018; Tadesse; Young, 2003).

Após, as autoridades da TPLF passaram a estender sua autoridade às áreas periféricas, em especial, às áreas de fronteira, uma vez que ascenderam ao poder em um Estado em colapso. Como o foco da frente estava em obter legitimidade doméstica, as autoridades da TPLF não compreendiam adequadamente a crise política em vigor na região do Chifre da África e estavam incertas quanto aos planos para a Somália. Apesar de não estarem familiarizados com as dinâmicas políticas da guerra, as autoridades da TPLF logo optaram por se envolver na política somali, uma vez que os regimes etíopes anteriores mapearam um Estado somali frágil e fragmentado, mas funcional. Assim, não previram o desmoronamento completo do Estado somali em 1991. Mesmo após a ruptura, as autoridades etíopes acreditavam que a instabilidade seria resolvida no curto-prazo, subestimando a duração e as implicações prolongadas do colapso estatal (Ingiriis, 2018).

Embora a TPLF tentasse buscar estabilidade política interna, declarações foram emitidas no intuito de manter boas relações com os Estados vizinhos. “Em uma entrevista para a Televisão Nacional do Djibouti, o novo líder etíope pós-Mengistu, Meles Zenawi, afirmou que a estabilidade da Somália era essencial para a segurança regional e foi além, expressando a visão de estabelecer novas relações com a Somália pós-colapso” (Ingiriis, 2018, p. 3, tradução livre). Para os líderes da TPLF, o futuro das relações com a Somália iria determinar a política etíope com relação à Eritreia e ao Sudão.

Todavia, diferentemente de seus antecessores, as autoridades da TPLF enxergavam a Somália como uma ameaça existencial em dois sentidos: o primeiro para a manutenção de seu governo e, o segundo, para a confirmação - e até continuidade - da existência do Estado etíope, afetando os interesses de segurança domésticos e dificultando o combate às desigualdades sociais (Belay, 2013). Ingiriis (2018) aponta esse temor como legítimo, haja vista que a Etiópia não possui boas relações com seus vizinhos. Portanto, o principal interesse do país era garantir a sua segurança. Em um cenário de independência da Eritreia, os líderes da TPLF atrasaram deliberadamente o ressurgimento do Estado somali, visto que os *policymakers* etíopes argumentavam que a reconstituição e unificação do Estado ofereceriam duas noções críticas, islâmicas e nacionalistas, que são as bases para a identidade e soberania nacional somali: (1) a busca pela ideia da Grande Somália; e (2) o uso do Islã em resposta à dominação etíope.

Dois anos após assumir o poder, a TPLF passou a apoiar o Congresso Somali Unido (USC) e o Movimento Nacional Somali (SNM) com o objetivo de garantir amizade e boas relações com uma liderança somali alinhada a seus interesses. Entretanto, contrariamente ao

que ocorreu na Etiópia, nenhum grupo armado somali obteve êxito em prevalecer sobre as demais facções e tomar o poder (Ingiriis, 2018).

Entre 1991 e 1993, as autoridades da TPLF pressupunham que o USC e o SNM constituiriam um governo nacional, o que acabou não se concretizando, visto que não houve definição entre os grupos armados a respeito de quem lideraria seus movimentos e, conseqüentemente, quem teria o direito de ser o presidente do país. A possibilidade de um acordo bem-sucedido de divisão de poder entre o USC e o SNM se baseava na experiência etíope e eritreia após as negociações entre a Frente de Libertação do Povo Eritreu (EPLF) e os líderes da TPLF no período anterior à independência da Eritreia. Ingiriis (2018) aponta duas principais razões para essa abordagem não ter funcionado na Etiópia: “(1) as lideranças do USC competiam ferozmente pelo poder, enquanto o SNM enfrentava intensa oposição no norte; e (2) Siad Barre ainda estava no sul da Somália, lutando para recuperar o poder, contribuindo para a continuidade do caos” (Ingiriis, 2018, p. 5, tradução livre).

Além da TPLF ser incapaz de intervir nessa situação por herdarem um Estado frágil, não havia interesse em reerguer o Estado somali. Outros países, como Egito, Eritreia, Quênia, Sudão e Iêmen, também forneciam armas a facções rivais, objetivando prolongar o conflito e assegurar seus interesses. Todavia, quando as autoridades da TPLF concluíram que o USC e o SNM eram incapazes de estabelecer um governo de unidade, passaram a focar na realização de conferências de paz para as facções políticas somalis. Em 1993, ocorreu a Conferência de Addis Abeba com o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), e das Nações Unidas (Ingiriis, 2018).

A ameaça terrorista baseada na Etiópia atingiu o seu ápice em 2006 quando outro grupo, a União dos Tribunais Islâmicos (UIC), uma coalizão apoiada pela Eritreia que prometeu unir a Somália sob a bandeira do Islã, trazendo ordem, unidade e justiça, declarou uma *jihad* contra a Etiópia. Além do terrorismo, outras ameaças de segurança incluíam comércio ilegal, proliferação de armas pequenas e tráfico de pessoas (Belay, 2013). Naquele ano, a guerra assumiu uma dimensão religiosa, resultando em uma quantidade significativa de pessoas mortas de ambos os lados (Ingiriis, 2018; Verhoeven, 2009).

Apesar disso, a Etiópia considera a Somália como um <sup>8</sup>país africano irmão. Anualmente, inúmeros refugiados somalis ingressam em território etíope. A <sup>9</sup>intervenção militar da Etiópia na Somália não expõe uma relação hostil mas, sim, seu compromisso com a estabilidade regional. Desse modo, a comunidade internacional, a União Africana (UA) e os estados vizinhos são fundamentais na estabilização da Somália e do Chifre da África em geral, inclusive apoiando o Governo Federal de Transição (TFG) - um governo de unidade com o apoio tanto da Etiópia, quanto da Somália (Belay, 2013; Guluma, 2017). Guluma (2017) aponta que o sucesso do novo governo depende da capacidade em estabilizar o país e reintroduzir o Estado de Direito, classificando, portanto, a intervenção como bem-sucedida. Todavia, a Somália não comunga da mesma visão dos etíopes. Na véspera da ocupação do país, a revista “The Economist” realizou a seguinte observação: “Os somalis rejeitam a presença de etíopes em seu território da mesma forma que cidadãos irlandeses poderiam rejeitar um avanço militar britânico sobre Dublin” (The Economist, 2007, tradução livre).

Os Estados Unidos, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 e a consequente Guerra ao Terror, iniciado pelo então presidente George W. Bush, apresentou um papel fundamental, com a participação ativa da Etiópia, no processo de estabilização do regime somali. Ao designar o sul da Somália, devastado pela guerra, como uma ameaça à segurança dos interesses estadunidenses na região, os EUA atribuíram à Etiópia um papel de satélite na condução das operações no Chifre da África. Concomitantemente, Djibouti também competia por essa confiança americana na região, porém apenas conseguiu manter o *status* de base naval estratégica, enquanto a Etiópia foi designada para abrigar a principal base aérea de vigilância do país. Do ponto de vista das relações internacionais, os EUA demonstraram maior confiança na Etiópia do que em Djibouti, que possuía relações históricas e étnicas mais próximas com a Somália (Ingiriis, 2018). Outras ações incluíram a presença de militares etíopes em Djibouti, coordenando a Força-Tarefa Combinada Conjunta dos EUA de Contraterrorismo no Chifre da África (CJTF-HOA) e o Comando Central dos EUA (USCENTCOM), comando regional dos EUA com sede na Flórida, que acompanha as operações antiterroristas dos EUA no Afeganistão, no Iraque e, principalmente, no Chifre da África (Belay, 2013).

---

<sup>8</sup> A Etiópia considera a Somália como um país africano irmão por diversos motivos: o primeiro é pela proximidade étnica e cultural, principalmente do povo de Oromo, com o povo somali e, o segundo, se dá pelo fato da Etiópia não possuir acesso ao mar, dependendo fortemente dos portos da Somália para acessar o comércio marítimo, reforçando a necessidade de manter boas relações com o país, simultaneamente, em que investe em infraestrutura e em acordos bilaterais que favoreçam ambas as nações (ENA, 2023; Salim, 2024; Mosley, 2024).

<sup>9</sup> A intervenção militar da Etiópia na Somália ocorreu entre 2006 e 2009, com o apoio da União Africana e dos Estados Unidos (Belay, 2013; Ingiriis, 2018; Verhoeven, 2009).

Guluma (2017) fornece dados estatísticos acerca dos efeitos humanitários da intervenção da Etiópia na Somália: “(...) Durante as operações das Forças de Defesa Nacional da Etiópia (ENDF) na Somália, entre 2006 e 2009, pelo menos ‘5.000 civis [foram] mortos, cerca de um milhão de pessoas deslocadas e 476.000 somalis fugiram para países vizinhos’ (...)” (Guluma, 2017, p. 110, tradução livre). Contudo, essa análise não responsabiliza o agravamento da crise humanitária somali a um único ator e não é possível concluir qual o papel da ENDF nas mortes e deslocamentos que assolaram os somalis durante dois anos.

Entretanto, é possível saber, com a posse de dados estatísticos, a situação humanitária na Somália antes de dezembro de 2006 e durante o conflito de dois anos entre a ENDF e a insurgência. Com a entrada da ENDF no país, criou-se um vácuo de poder no qual militantes islâmicos ascenderam ao governo, enquanto os membros moderados da União das Cortes Islâmicas (UIC) se tornaram “marginalizados, fragmentados e enfraquecidos”. Documentos comprovam que, em 1991, havia um ambiente de estabilidade e segurança na Somália, apesar do grupo radicalizado estar no comando do país (Guluma, 2017).

Tabela 1: Dados estatísticos da Somália (2006-2008)

<b>Período</b>	<b>Indicador</b>	<b>Dado</b>
Antes de 2006	Acesso à água potável	21% da população tinha acesso a água segura
Antes de 2006	Mortalidade infantil	10% ao nascer; 25% até 5 anos
2006	População necessitando de ajuda	2 milhões devido à seca severa
2006-2008	Mortes civis	16.210 civis mortos
2006-2008	Feridos civis	29.000 civis feridos
2006-2008	Civis mortos por tropas ENDF	20.000
2007	Deslocados internos	Mais de 1 milhão
2008	População em crise alimentar	3,6 milhões necessitavam de ajuda emergencial
2008	Refugiados anuais	60.000 deixavam o país anualmente

Fontes: Médicos sem Fronteiras; Accord Issue 21; Elman Peace and Human Rights Organisation

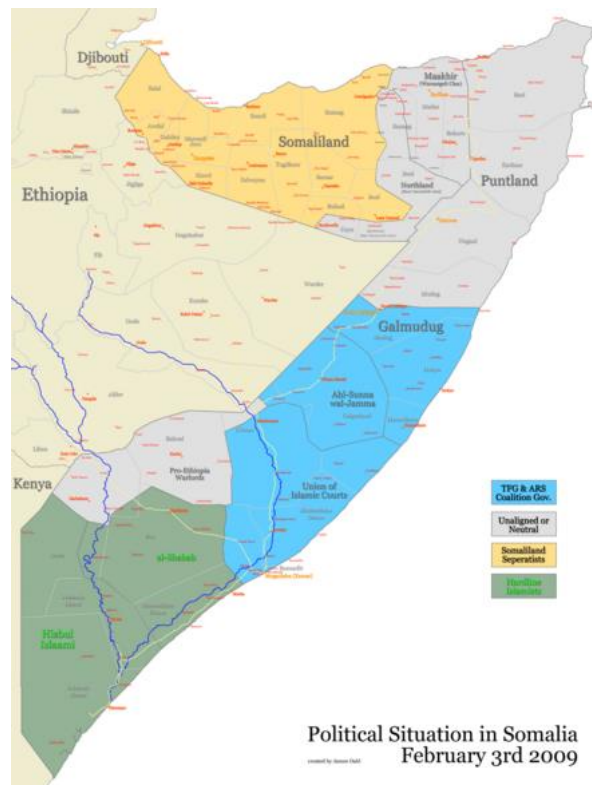
Uma vez que havia uma corrente moderada/pragmática majoritária na UIC que estava disposta em compartilhar o poder em uma Somália unificada, pode-se inferir que a Etiópia não teria realizado a intervenção caso o governo etíope, o TFG e a UIC obtivessem êxito em neutralizar os grupos extremistas da UIC. Entretanto, a Etiópia não estava interessada, visto que

o governo almejava uma guerra aberta para desviar o foco da população, cada vez mais insatisfeita com o primeiro-ministro Meles Zenawi, dos problemas internos e, para tanto, consideraram a UIC, em sua integralidade, como extremista, com insuficientes tentativas diplomáticas efetuadas no sentido de estabelecer um diálogo com o novo regime somali (Guluma, 2017; Verhoeven, 2009).

Segundo a conclusão do Oficial de Imigração da Embaixada da Somália, como resultado da longa guerra civil, a Somália se tornou um Estado sem governo e perdeu sua autoridade central nas últimas duas décadas. Entretanto, com a intervenção humanitária, a paz e a segurança no país foram, supostamente, restauradas. Sem a intervenção, o país continuaria em estado de completa anarquia, e tais crises poderiam prejudicar o bem-estar econômico, político e social dos países vizinhos, conforme citado anteriormente, e até mesmo do globo (Guluma, 2017). É necessário analisar essas afirmações a respeito de missões de *peacekeeping* de maneira crítica tendo em vista os diversos casos de intervenções humanitárias mal sucedidas.

Guluma (2017) detalha o envolvimento etíope na Somália, que foi dividido em duas fases. A primeira ocorreu entre 2006 e 2009, quando o Governo Federal de Transição (TFG) estava sob fortes ataques do grupo terrorista Al-Shabbab, de insurgentes da UIC e de outros grupos dissidentes. Desse modo, o TGF solicitou apoio à Etiópia e recebeu uma resposta positiva: tropas etíopes em conjunto com 50.000 militares da UNISOM e de outras tropas regionais intervieram e libertaram o país dos ataques e ameaças dos insurgentes. A segunda fase iniciou em 2012 e continua até os dias de hoje, com a decisão da AMISOM (Missão da União Africana na Somália). Atualmente, 4.500 militares estão na Somália em missões de *peacekeeping*.

Figura 7: Situação da guerra civil da Somália entre 2006 e 2009



Fonte: Wikipédia

Porém, houve aspectos negativos na intervenção etíope na Somália, em especial, para a Etiópia. Conforme citado anteriormente, o colapso do Estado somali representou uma ameaça existencial para a Etiópia e para o Chifre da África no todo. Inicialmente, os Estados Islâmicos do Golfo foram propagadores do islamismo radical na região e, ademais, esses Estados apoiavam grupos de oposição armada para atacar a Etiópia indiretamente, contribuindo para a falta de desenvolvimento e democracia, levando à anarquia (Guluma, 2017).

Em seguida, a União das Cortes Islâmicas (UIC) declarou publicamente a criação de um Estado Islâmico na Somália, ameaçando a segurança do Chifre da África. Em 30 de novembro de 2006, o parlamento etíope aprovou a entrada do país na guerra contra a UIC. Além do grupo almejar realizar uma *jihad* contra a Etiópia (conforme citado anteriormente), a organização terrorista abrigava grupos de oposição armada etíopes, utilizando-os para invadir o território (Guluma, 2017).

Por outro lado, a Eritreia, ressentida pelas derrotas sofridas na guerra entre 1998 e 2000, apoiou também grupos de oposição armada contra a Etiópia (Guluma, 2017).

Como há inúmeros refugiados somalis, mais de 100.000, em território etíope, a ascensão da UIC na Somália poderia influenciar alguns a dividir a Etiópia. Além disso, este número

representou o agravamento de problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais para o país. Guluma (2017) detalha os impactos sociais e ambientais.

Socialmente, a grande influência dos refugiados somalis criou desafios relacionados à água, alimentos, abrigo, saúde, educação e infraestrutura. A degradação ambiental é outro problema relacionado, uma vez que a superpopulação, acelerada por fatores internos e externos, provoca mudanças dinâmicas no ecossistema, como desertificação, poluição da água e destruição de florestas (Guluma, 2017, p. 111, tradução livre).

Verhoeven (2009) argumenta que a intervenção regional da Etiópia impediu a formação de estruturas que poderiam se tornar efetivamente atores nacionais. A intervenção, legitimada pelo suposto vínculo entre colapso estatal, fanatismo religioso e terrorismo, apresentou efeitos adversos aos que ela se propunha a ter: reverteu todo o progresso alcançado por grupos não estatais auto-organizados - principalmente, a União das Cortes Islâmicas (UIC) - ao fornecer respostas de baixo para cima aos desafios de segurança em um ambiente bastante complexo.

No contexto de Guerra ao Terror, a ascensão meteórica da UIC não foi bem vista fora da Somália, notadamente pelos EUA, que afirmavam que essa conquista poderia ser comparada à ascensão do Talibã no Afeganistão. A proposta da UIC era unir as tribos e instaurar o Estado de Direito em um estado colapsado. A UIC, com seus militantes disciplinados, aliou-se aos setores empresariais e prometeu implantar a lei da Sharia, fazendo com que os EUA vissem ela como uma ameaça semelhante ao Talibã afegão, inclusive com suspeitas de que o grupo abrigava a Al-Qaeda (Verhoeven, 2009).

Os Estados Unidos foram assíduos apoiadores do Governo Federal de Transição (TFG), uma administração secular e auto imposta que controlava somente uma cidade na Somália Central. Por ser imposta, era bastante impopular, principalmente, por ter sido criada pela Etiópia, o arqui-inimigo da Somália. Verhoeven (2009) explica que a maior parte da população somali culpa a Etiópia por perpetuar a situação de sofrimento e manter o país dividido.

O fato de que quase todos os somalis viam a mão do primeiro-ministro etíope, Meles Zenawi, por trás da criação do TFG, deslegitimou o governo transitório desde o início. O apoio dos EUA a Addis Abeba e ao TFG “para enfrentar os (inexistentes) terroristas” piorou ainda mais a situação e fortaleceu as reivindicações dos islâmicos de serem os únicos representantes legítimos da nação somali (Verhoeven, 2009, p. 416, tradução livre).

No entanto, a Etiópia, em consonância ao discurso anti-terrorismo dos Estados Unidos, classificava as Cortes Islâmicas como o “Neo-Talibã” da Somália e insistiam na ligação entre a UIC e a Al-Qaeda, apesar da maioria dos especialistas descartar essa ligação, estimando que o número de suspeitos de terrorismo internacional em território somali não passava de meia dúzia. Nesse cenário, a CIA e o Departamento de Estado autorizaram Meles a invadir a Somália como parte da agenda internacional anti-terrorismo (Verhoeven, 2009).



Addis Abeba e Washington atribuíram a culpa pela violência generalizada ao grupo terrorista Al-Qaeda, impedindo qualquer possibilidade de reconciliação nacional. O TFG perdeu grande parte de sua credibilidade, clamando por ajuda externa para sobreviver; e a decisão da Casa Branca de classificar outro grupo islâmico, Al-Shabaab, como organização terrorista apenas contribuiu para radicalizar ainda mais os jovens islâmicos somalis. O surgimento de homens-bomba (inédito na Somália antes de 2007) foi apenas mais um sintoma da radicalização dos insurgentes e da população (Verhoeven, 2009).

Portanto, a intervenção etíope na Somália ilustra as dinâmicas políticas complexas da região do Chifre da África, marcada por interesses diversos e, muitas vezes, antagônicos e, também, pelo alinhamento ao discurso global de combate ao terrorismo. Embora o seu objetivo primário fosse assegurar a segurança doméstica e regional, acabou aprofundando a fragmentação política e incitando grupos insurgentes, resultando na radicalização de grupos que possuíam alas moderadas, tais como a União dos Tribunais Islâmicos (UIC), e em uma crise humanitária sem precedentes, com milhares de deslocados e violência política. A tentativa de impor o Governo Federal de Transição (TFG) com o objetivo de estabilizar a Somália fracassou devido à falta de legitimidade interna, sendo visto como um instrumento de dominação de potências estrangeiras, principalmente da Etiópia e dos EUA.

#### **4. DEFESA E AMEAÇA À HEGEMONIA: A QUESTÃO DA GERD SOB À ÓTICA DE EGITO, SUDÃO E ETIÓPIA**

A construção da Grande Barragem da Renascença Etíope (GERD) é um projeto que exemplifica, em nível global, a competição por recursos escassos de terra, água e energia na Bacia do Rio Nilo, compartilhada por dez estados ribeirinhos, incluindo Egito, Sudão e Etiópia, e destaca as interconexões entre a subsistência das populações desses países e a volatilidade da hegemonia na região. Com um custo estimado de 5 bilhões de dólares (80 bilhões de birres etíopes), a GERD será uma das maiores barragens construídas na África. O reservatório comportará mais de 63 milhões de metros cúbicos, aproximadamente 1,3 vezes o volume anual de fluxo do Nilo Azul. A barragem deverá gerar, em média, 6.000 megawatts de energia elétrica, triplicando a atual capacidade energética da Etiópia (Nasr; Neef, 2016).

Figura 9: *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (GERD)



Fonte: Reddit

Figura 10: Localização da barragem hidrelétrica GERD



Fonte: Atlas Report

O projeto de construção da barragem hidrelétrica data de 1991, quando o governo liderado pela Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF) assumiu o poder e tornou a eletricidade, especialmente a hidreletricidade, como condição *sine qua non* para o crescimento econômico. Após anos de preparação e planejamento estratégico, o governo anunciou, no início de 2011, a construção da barragem (Gebresenbet; Wondemagegnehu, 2021).

O Nilo, com sua importância estratégica e histórica, flui por 6.700 quilômetros, atravessando dez países do nordeste da África - Ruanda, Burundi, Congo, Tanzânia, Quênia, Uganda, Eritreia, Etiópia, Sudão e Egito - antes de desaguar no Mediterrâneo. Este é o mais longo sistema fluvial internacional e a principal fonte de água doce para muitos desses países. A construção da GERD pela Etiópia gerou uma tensão com o Egito, que historicamente exerce controle majoritário sobre a exploração dos recursos do Nilo e considera a barragem uma ameaça à sua hegemonia hídrica, essencial para sua subsistência e desenvolvimento. Os dois principais afluentes do rio, que se encontram em Cartum, capital do Sudão, possuem características distintas: o Nilo Branco, que se origina em Burundi e atravessa os Lagos Equatoriais, apresenta um fluxo pequeno, mas constante, alimentado pelas neves das montanhas Ruwenzori, enquanto o Nilo Azul, proveniente das terras altas da Etiópia - conhecidas como a

“torre d’água” da região -, exibe variações sazonais significativas e desempenha um papel fundamental no volume de água que chega ao Egito (Swain, 1997).

Figura 11: Localização do Rio Nilo



Fonte: Pinterest

Em 1993, as estimativas apontavam que 263 milhões de habitantes viviam nos países nilóticos, os quais são os mais pobres do mundo, apresentando uma média de US\$282 de produto nacional bruto (PNB) per capita em 1994. Aproximadamente metade da população é dependente do Nilo, cujo escoamento anual é considerado modesto para um rio tão poderoso e vitalmente importante. Além disso, o fluxo dos afluentes varia de maneira significativa entre as estações chuvosa e seca, significando que a água que chega ao Egito também varia de forma bastante expressiva: de 104 bilhões de metros cúbicos em um ano considerado bom, como em 1946, para, por exemplo, apenas 45 bilhões em 1913, ano em que houve pouca chuva (Swain, 1997).

Ao longo da história, o Nilo permitiu que civilizações antigas prosperassem. Swain (1997) exemplifica com Meróe e Axum, que viviam nos trechos superiores e médios do rio, e com o fato de ser considerado um rio sagrado para outras civilizações, reverenciado como deus Hapi. Heródoto, no século V a.C., escreveu que “o Egito é um presente do Nilo”. Até a atualidade, o Egito continua a ser dependente do rio, apesar do país ter crescido ao longo do tempo.

Os recursos hídricos no Egito são limitados ao Nilo, à água subterrânea no Delta, no Deserto Ocidental e no Sinai, além das chuvas e enxurradas. Mais de 96% dos recursos hídricos de água doce do Egito são fornecidos pelo Nilo (De Falco; Fiorentino, 2022). Embora o rio percorra dez países africanos, o principal conflito em torno de suas águas ocorre entre Egito, Sudão e Etiópia. Como o Egito possui uma dependência intrínseca do Nilo para todo o seu abastecimento de água, garantir as partes mais baixas do rio sempre foi considerada uma das prioridades nacionais do país. A disputa entre Egito e Etiópia é resultado da herança do imperialismo britânico no norte, nordeste e centro da África durante o século XX. Uma declaração de 1929, assinada em Londres, concedeu a maior parte das águas dessa área do Nilo ao Egito e ao Sudão (Tsega, 2017).

John Waterbury previu em 1979 que o Egito poderia enfrentar um *déficit* anual de água de aproximadamente 4 bilhões de metros cúbicos no início do século XXI. Com a população aumentando um milhão de pessoas a cada nove meses, mais água tornou-se necessária para atender às necessidades básicas e ao cultivo, além de o consumo ter aumentado devido aos projetos de irrigação resultantes da recuperação de terras. Para agravar a situação, a evaporação na superfície do Lago Nasser, com seus 600 quilômetros de extensão, excedeu os cálculos iniciais. Considerando-se que quase 50% dos alimentos do Egito provém de importação, os agricultores demandam cada vez mais água do Nilo visando garantir um nível razoável de “segurança alimentar” (Swain, 1997).

No Sudão, grandes áreas ao norte quase não recebem chuva e, portanto, dependem quase em sua totalidade da irrigação. Após o acordo de 1959, foram construídas diversas barragens para armazenar mais água, especialmente em Roseires e Sennar no Nilo Azul, e em Kashm el Girba no Atbara. Apesar disso, o Sudão considera construir novos reservatórios para aumentar os campos irrigados e atender à crescente demanda por alimentos produzidos localmente (Swain, 1997).

Para agravar a situação, algumas áreas sofreram maior desertificação e degradação do solo. Houve especulações a respeito de um plano do governo sudanês para introduzir um novo sistema de irrigação, que nunca foi posto em prática, mas que poderia ter aumentado a demanda em até 10 bilhões de metros cúbicos anuais. Entretanto, o governo revelou que suas necessidades hídricas serão de cerca de 32 bilhões de metros cúbicos até 2025 com o objetivo de garantir a segurança alimentar e atender a outras necessidades essenciais. Estão sendo planejados reservatórios no alto Atbara, e obras já iniciaram para elevar a barragem de Roseires e construir novas barragens de Merowe (Swain, 1997).

Ocorreram tentativas em revisar o acordo de 1959 para aumentar a participação sudanesa nas águas do rio Nilo, porém sem sucesso. Swain (1997) argumenta que o Egito nunca hesitou em usar a ameaça de guerra para evitar que os países a montante adotassem medidas que pudessem afetar negativamente a vida dos egípcios. O Nilo tem estado no centro da política externa regional do Egito há mais de 5.000 anos, que continua a proclamar seu direito histórico de utilizar a água que necessita. Todavia, questiona-se se o país pode continuar utilizando abundantes quantidades de água para a agricultura concomitantemente em que cresce a demanda dos países a montante.

Entretanto, posteriormente, o tratado foi revisto e foi estabelecido o direito de 55,5 bilhões de metros cúbicos (bcm) anuais para o Egito e 18,5 bcm para o Sudão, alocando quase toda a água do Nilo aos dois países signatários, desconsiderando os direitos dos países a montante. Para reforçar seu controle, Egito e Sudão concordaram em agir conjuntamente diante de qualquer ameaça de outras nações ribeirinhas (De Falco; Fiorentino, 2022; Nasr; Neef, 2016; Tadese, 2020).

Embora o Egito seja contrário à ideia de desvio de água para propósitos agrícolas a montante, tem incentivado ativamente o uso do potencial elétrico do Nilo. Swain (1997) exemplifica.

As barragens construídas no Sudão após o acordo de 1959 beneficiaram o Egito ao atuarem como “bacias de sedimentação”, impedindo que uma quantidade significativa de sedimentos chegasse ao Lago Nasser. No entanto, a capacidade do reservatório de Kashm el Girba já foi reduzida em 40% devido à sedimentação, enquanto, em Roseires, essa redução chega a quase 60%. Embora a retenção de sedimentos no Sudão tenha aumentado a erosão do leito do rio no Egito, ela reduziu a ameaça à grande barragem de Assuã (Swain, 1997, p. 686, tradução livre).

O Egito apresenta interesse e incentiva a criação de mais hidrelétricas a montante, principalmente no Sudão, haja vista que isso não diminuiria o fluxo do Nilo. O país também propôs a exploração do grande potencial aquífero no sul do Sudão. Swain (1997) explica.

O Egito certamente deseja ver a conclusão do Canal de Jonglei, embora a guerra civil intermitente no sul do Sudão sugira que o projeto não poderá se tornar operacional em breve. Além disso, suspeitas mútuas não resolvidas entre Cartum e Cairo provavelmente limitarão a possibilidade de esforços conjuntos para desenvolver os recursos hídricos dos dois vizinhos (Swain, 1997, p. 686, tradução livre).

Gebresenbet e Wondemagegnehu (2021) denominam essa situação de “partilha de benefícios” e argumentam que conflito e cooperação coexistem simultaneamente nos recursos hídricos transfronteiriços, ou seja, conflito e cooperação não podem ser analisados a partir de uma visão dicotômica. Além disso, as estratégias do Egito visando manter o seu *status* de hegemônico, utilizando captura de recursos, discursos sancionados e pressões diplomáticas, levou à adoção do conceito de “hidro-hegemonia”, que se sustenta em três pilares: a posição geográfica ao longo do rio, o poder (militar, econômico, de barganha, ideacional e político) e o

potencial de exploração (Tsega, 2017). O principal mecanismo adotado até a atualidade para atingir esses objetivos tem se baseado principalmente em tratados multilaterais, acordos e coalizões. Nasr e Neef (2016) argumentam que o principal pilar da “hidrodiplomacia” é a cooperação como mecanismo de gestão diplomática das águas.

Embora o Egito tenha sido o *hegemon* da bacia do rio Nilo durante todo o século XX, a posição de poder que ele desfruta deve ser analisada de maneira fluida e dinâmica. Diversos fatores de pressão e atração devem ser considerados, uma vez que a Etiópia tem utilizado inúmeros mecanismos contra-hegemônicos e modificações nas alianças desde 2010. Um exemplo relevante é o Sudão: apesar de ser um aliado tradicional do Egito, houve uma recente mudança de lealdade em direção à Etiópia. O país contribuiu para o aumento de terra disponível para o cultivo, maior número de rotações de culturas e fornecimento de energia. Ademais, exerceu o papel de mediador entre o Sudão e o Sudão do Sul durante a independência deste último, com o envio de 5.000 soldados de paz para Darfur sob o comando da ONU e 4.300 soldados ao longo da fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul (Nasr; Neef, 2016).

O fato da história da Etiópia ter sido marcada por diversos regimes autoritários, tensões étnicas e incapacidade de promover o desenvolvimento necessário para a sua população, fez com que houvesse pouca contestação à hegemonia do Egito - até recentemente (Nasr; Neef, 2016). Enquanto as elites egípcias veem qualquer mudança no *status quo* como uma ameaça à sua história, as elites etíopes necessitam da <sup>10</sup>GERD para construir a identidade estatal de seu país em torno do Nilo. Desse modo, a resolução das disputas com base na “hidrodiplomacia” é improvável e sair do impasse talvez não seja o interesse dos atores envolvidos na disputa (Gebresenbet; Wondemagegnehu, 2021).

A GERD é considerado um projeto hidrelétrico de grande escala da Etiópia, localizado a aproximadamente 40 km da fronteira com o Sudão, com capacidade de armazenamento de 74 bilhões de metros cúbicos e potencial para gerar hidreletricidade de uma única represa na África, com capacidade instalada de 5.150 MW (Gebresenbet; Wondemagegnehu, 2021). Com a barragem, o governo etíope planeja expandir sua capacidade hidrelétrica e tornar-se um centro de energia regional, implementando diversos projetos hidrelétricos e construindo infraestrutura de transmissão e distribuição de energia. A GERD é um dos maiores projetos dessa estratégia, visando cumprir os objetivos do programa nacional de eletrificação e das políticas de energia verde e sustentável (Tadese, 2020).

---

<sup>10</sup> *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (Grande Barragem do Renascimento Etíope, em tradução literal).

Esse megaprojeto será responsável por mais de 40% da capacidade instalada de geração de energia do país e poderá produzir mais eletricidade do que a Etiópia necessita a médio prazo. A iniciativa visa apoiar o desenvolvimento econômico, garantir o abastecimento energético, reduzir a dependência do petróleo importado e fornecer eletricidade aos países vizinhos. Tadese (2020) aponta que o projeto é sinônimo de desenvolvimento, independência e soberania sobre o uso do Nilo, sendo motivo de orgulho nacional para os etíopes. Além de ser um mecanismo de coordenação e gestão de infraestrutura hidráulica, a barragem poderá auxiliar no enfrentamento às incertezas originadas pelas mudanças climáticas. Ademais, será um centro de fornecimento de energia limpa e renovável para a Etiópia e outros países africanos, com preços mais acessíveis. Embora o projeto tenha o potencial de impulsionar as relações comerciais e sociais entre as regiões, a concretização desta integração somente será possível com parcerias fortes entre os países ribeirinhos.

Em novembro de 2010, a Etiópia anunciou pela primeira vez a conclusão dos planos para a barragem. Todavia, em março de 2011, após os financiadores internacionais exigirem um acordo entre os estados ribeirinhos para liberar o financiamento, a Etiópia optou por autofinanciar o projeto e concedeu o contrato à empresa italiana Salini. No ano seguinte, em 14 de julho de 2012, o então presidente egípcio Mohamed Morsi visitou a Etiópia para negociações. Entretanto, com a queda política de Morsi, as negociações foram retomadas em Cartum, em novembro de 2013, e novamente em janeiro de 2014 (Nasr; Neef, 2016).

O Ministério de Irrigação do Egito declarou, em 10 de fevereiro de 2014, que essas negociações foram fracassadas. Dois dias depois, o Ministério de Relações Exteriores da Etiópia se recusou a interromper a construção da barragem. Em resposta, o Ministro da Irrigação e Recursos Hídricos do Egito, Khaled Wassef, declarou que o país adotaria medidas internacionais para contestar a barragem. Após meses de intensa negociação, o presidente Sisi encontrou-se com o ministro etíope durante a Cúpula Africana em 26 de junho de 2014 para discutir a GERD. Em agosto de 2014, um relatório divulgado por uma comissão internacional, com representantes do Egito, Etiópia e Sudão, concluiu que a GERD teria impacto mínimo no acesso do Egito à água (Nasr; Neef, 2016).

O Egito, em um primeiro momento, adotou uma postura de “unilateralismo”, se opondo a qualquer projeto de água no rio Nilo. Segundo Boutros-Ghali, ex-ministro das Relações Exteriores do Egito durante o regime de Mubarak, “a segurança nacional do Egito é uma questão de água”. Ghali enfatizou que seria possível obter apoio de organizações internacionais e países doadores com a condição de “(...) que houvesse não apenas estabilidade, mas também consenso entre nós (...)”. Apesar dos esforços, um protocolo formal entre todos os países

ribeirinhos para um plano de compartilhamento das águas do Nilo ainda não foi concretizado. Além disso, Mubarak reafirmou que “a segurança nacional do Egito está intimamente ligada à segurança hídrica na região do Chifre da África e dos Grandes Lagos”. Tsega (2017) argumenta que este processo de securitização foi favorável ao Egito, visto que inviabilizou o desenvolvimento de recursos hídricos a montante. O Egito considera a GERD uma ameaça à sua sobrevivência, já que o Nilo Azul fornece mais de 85% do fluxo de água do Nilo para o Egito. Portanto, os políticos egípcios, sob Mubarak, utilizaram todo seu poder material e de barganha com o claro objetivo de impedir que a Etiópia desenvolvesse qualquer projeto no Nilo que pudesse reduzir o fluxo de água.

Em um segundo momento, durante o curto governo Morsi, o Egito pós-revolucionário começou a adotar uma abordagem no sentido da integração regional e da cooperação sobre as águas do rio Nilo. No entanto, até a ascensão de Abdel Fattah el-Sisi ao poder, a postura do Egito em relação à barragem Etíope permaneceu negativa. O conflito atingiu seu ápice em 2013, quando o presidente deposto, Mohamed Morsi, fez ameaças à Etiópia, que diminuíram após reuniões entre os ministros de água e irrigação do Egito, Etiópia e Sudão. Porém, a situação se agravou novamente quando, em uma reunião transmitida ao vivo, elites egípcias sugeriram “orquestrar agitação política e até uma ofensiva militar contra a Etiópia” (Tsega, 2017, p. 4, tradução livre).

Em um terceiro momento, durante o regime de el-Sisi, adotou-se uma postura de cooperação, distinta da de Morsi, resultando em inúmeras reuniões entre ministros de água e irrigação do Egito, Etiópia e Sudão. Em março de 2015, eles chegaram a um consenso e enviaram um relatório a el-Sisi, que visitou o Sudão e assinou um acordo. Tsega (2017) detalha esse acordo.

A Iniciativa da Bacia do Nilo (NBI), que se reuniu em Cartum, solicitou que o Egito voltasse a participar das atividades da iniciativa, após Egito e Sudão terem abandonado o projeto em protesto à assinatura do Acordo de Cooperação da Bacia do Nilo por quatro países (Ruanda, Etiópia, Uganda e Tanzânia). Posteriormente, Burundi e Quênia também aderiram ao NBI, eliminando o poder de veto do Egito sobre projetos de irrigação e hidrelétricos a montante, o que reduz a participação historicamente protegida do Egito e do Sudão nas águas do Nilo (Tsega, 2017, p. 4, tradução livre).

Em 23 de março, o presidente do Egito assinou um acordo de “boas intenções” em Cartum, estabelecendo os princípios de cooperação entre Egito, Sudão e Etiópia.

Por fim, durante o regime de Abdel Nasser, a relação do Egito com a África passou a ser caracterizada pela ideologia da “arabização”, com o foco do país para o Oriente Médio. Entretanto, a eleição de Sisi como presidente do Egito, em maio de 2014, foi uma transição importante rumo à “africanização” pragmática. Diferentemente da abordagem de Nasser em

marginalizar a Etiópia, o discurso do atual presidente do Egito teve implicações nas negociações sobre a água com a Etiópia após o início da GERD. Portanto, a política externa egípcia passou a ter como foco os países africanos, particularmente aqueles que possuem relações de poder sobre o rio Nilo (Tsega, 2017).

Sisi busca fortalecer os laços do Egito com a África e reconhece o direito da Etiópia e de seu povo ao desenvolvimento, crescimento e prosperidade. Entretanto, a questão do Nilo permanece como crucial para o país e ele espera que a Etiópia não negue seu direito à sobrevivência. Com esse discurso, durante a Cúpula da União Africana em Malabo, Guiné Equatorial, em 26 de junho, retomou-se o processo de negociação tripartite acerca da GERD. Em agosto de 2014, após a retomada desses acordos, Etiópia, Sudão e Egito convergiram no sentido de contratar uma empresa de consultoria internacional para realizar uma avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais da GERD. Além das negociações técnicas, ocorreram negociações no campo político, conforme detalha Tsega (2017).

(...) em uma reunião em 3 de março entre os ministros das Relações Exteriores e de Água dos países do Nilo Oriental – Egito, Sudão e Etiópia – (...) foram definidos os detalhes da declaração de princípios. No final da reunião de três dias, o ministro das Relações Exteriores do Sudão, Ali Karti, declarou à imprensa: “Um acordo completo foi alcançado entre nossos três países sobre os princípios do uso da Bacia do Nilo Oriental e da Barragem da Renascença Etíope (...)” (Tsega, 2017, p. 6, tradução livre).

O que levou à assinatura da declaração de princípios foi a emergência da GERD como uma nova realidade e a insistência da Etiópia em tratar das preocupações egípcias através do diálogo. O Estado etíope buscava o reconhecimento de seu legítimo direito de realizar projetos no Nilo para seus esforços de desenvolvimento. Apesar da assinatura de princípios significar uma mudança no equilíbrio regional de poder favorável à Etiópia, também representa um esforço por parte do Estado egípcio em conter a perda de influência na hidropolítica do Nilo (Tsega, 2017).

Portanto, o Egito continua a atuar diplomaticamente de forma a proteger seus interesses, expressos na preservação de sua “cota histórica” do fluxo anual do Nilo, mantendo o *status* que possui desde a década de 1950. Gebresenbet e Wondemagegnehu (2021) apontam que o ponto de impasse na GERD, assim como nas negociações da Iniciativa da Bacia do Nilo (NBI), é a insistência do Egito em manter sua cota de 55,5 bilhões de metros cúbicos anuais como forma de garantir sua segurança hídrica.

A Etiópia, por outro lado, localiza-se a montante da bacia do Nilo, garantindo controle sobre 85% das águas e fortalecendo seu poder de negociação, de contestação e de resistência maior que outros estados ribeirinhos da bacia do Nilo. Desde a década de 1990, o país vem atuando de maneira contra-hegemônica com, por exemplo, campanhas de *lobby* contra os

projetos egípcios de recuperação das terras Toshka e Novo Vale, que desviariam água do Lago Nasser para o deserto. Portanto, a construção da GERD é mais um exemplo de atuação contra-hegemônica do Estado etíope. Para tanto, a Etiópia vem se esforçando no sentido de desconstruir e desafiar discursos hegemônicos em torno da GERD, além de fornecer alternativas discursivas por meio da diplomacia (Nasr; Neef, 2016).

Nasr e Neef (2016) exemplificam a abordagem etíope.

Primeiro, ao contestar alegadas inverdades nas afirmações do Egito. Fekahmed Negash, Diretor-Geral da Diretoria de Rios Fronteiriços e Transfronteiriços do Ministério da Água, Irrigação e Energia da Etiópia, afirmou que as disputas entre os dois países se devem à “posse unilateral prolongada do Egito, que ele reivindica sobre as águas do Nilo. E essa intenção origina-se do interesse do Egito em pressionar a Etiópia para manter suas reivindicações de posse”. Ele acrescentou que a inclusão da construção da GERD no discurso de segurança nacional do Egito apresentava o desenvolvimento no Nilo como um ato de agressão etíope.

Negash declarou: “Em relação aos rios transfronteiriços, eles são um recurso compartilhado entre os três países... Desenvolver a água por meio da cooperação é benéfico para todos nós”. Da mesma forma, no discurso de inauguração da GERD, o ex-presidente Meles Zenawi reafirmou a posição moral elevada da Etiópia, contrapondo as tentativas do Egito de “sabotar os esforços da Etiópia para garantir financiamento” à disposição da Etiópia de fornecer benefícios mútuos ao Egito (Nasr; Neef, 2016, pp. 10-11, tradução livre).

Contudo, a adoção da diplomacia por parte da Etiópia foi para enfatizar seu “direito ao desenvolvimento”, com a defesa de que a construção de barragens como a GERD é fundamental para seu desenvolvimento econômico. Com esse discurso, o país busca se desvencilhar da ideia de que depende de ajuda externa, principalmente, ajuda alimentar e, ademais, contrapor a visão de que apresenta a “síndrome de dependência”, isto é, que não possui iniciativa, nem se esforça para sair do *status* de pobreza e dependência de ajuda externa. Dessa forma, a GERD surge como uma forma de romper o ciclo de dependência e recuperar o protagonismo econômico (Nasr; Neef, 2016).

O uso do termo “renascença” no nome da barragem, indicando um renascimento ou renovação, retorna à imagem de “glória passada” e revela o esforço de transformar a imagem da Etiópia de um país pobre e dependente de ajuda externa para a de um líder regional emergente, capaz de sustentar com capital próprio megaprojetos como a GERD (Nasr; Neef, 2016).

A GERD é apenas um entre os diversos megaprojetos, incluindo barragens hidrelétricas menores, iniciados pelo governo da EPRDF na década de 2010. Entretanto, a GERD foi o único que entrou no imaginário nacional e na identidade etíope. Gebresenbet e Wondemagegnehu (2021) destacam quatro dimensões de construção de identidade em torno da GERD.

## **I. Nomeação e exploração estratégica da represa sob a ótica político-econômica do Estado Etíope**

Em um primeiro momento, o projeto denominava-se *Project X*. Em seguida, foi modificado para *Grand Millenium Dam* e, por fim, passou a ser chamado de *Grand Ethiopian Renaissance Dam*. Essa mudança foi uma decisão estratégica crucial, uma vez que a escolha da palavra “Renascença” simboliza o renascimento global do Estado etíope, além de estar em consonância com a estratégia de construir um estado desenvolvimentista. Ademais, o termo “renascença” remete à nostalgia de reviver um passado glorioso da Etiópia, ideologia atraente para muitos etíopes.

## **II. Ampla mobilização de recursos públicos**

Durante a cerimônia de inauguração da obra, o então primeiro-ministro Meles Zenawi enfatizou que essa não era uma escolha de governo, mas sim, uma imposição devido aos esforços dos países a jusante, especialmente do Egito, em bloquear o financiamento bilateral e multilateral da GERD. O financiamento doméstico, segundo Zenawi, passou a mensagem de que o país possui capacidades de afirmar seus direitos. Três meses depois, foi estabelecido o Conselho Nacional para a Coordenação da Participação Pública na Construção da GERD, liderado pelo vice-primeiro-ministro. O conselho mobilizou milhões de etíopes por meio de visitas ao local de construção, campanhas públicas e construções financeiras. Até abril de 2019, aproximadamente 12,4 bilhões de birr foram arrecadados junto ao público, sendo a maior parte dos recursos provenientes de cidadãos comuns (funcionários públicos do setor público e privado) doando salários de um mês, comprando títulos da GERD e participando de iniciativas locais.

procissões públicas com troféus da GERD, homenageando todas as nações e povos da Etiópia, e campanhas de SMS, que arrecadaram 130 milhões de birr. Além disso, empresas de mídia doaram espaço publicitário e tempo de transmissão, enquanto comunidades rurais contribuíram com trabalho voluntário em projetos de gestão de bacias hidrográficas para reduzir o assoreamento e prolongar a vida útil da represa (Gebresenbet; Wondemagegnehu, 2021, pp. 11-12, tradução livre).

Tais iniciativas fortaleceram o vínculo emocional entre a população e a GERD. A campanha nas redes sociais com a *hashtag* “Itismydam”, entre fevereiro e março de 2020, foi o ponto culminante desse sentimento, principalmente em um momento de negociações entre os EUA e o Banco Mundial.

### **III. Discursos contundentes de líderes do governo**

Discursos de autoridades de governo enfatizaram a importância simbólica da GERD, comparando-a com a vitória de Adwa (marco na resistência anticolonial) posicionando-a, dessa forma, como elemento central na definição da posição da Etiópia no mundo. Ademais, a barragem hidrelétrica era relacionada com a soberania e a honra nacional do país. Meles Zenawi, ex-primeiro-ministro da Etiópia, declarou na cerimônia oficial de inauguração do projeto GERD:

Estamos reunidos hoje no maior dos nossos rios para testemunhar o lançamento deste grande projeto. É a maior barragem que poderíamos construir em qualquer ponto ao longo do Nilo. Mais importante ainda, o projeto não apenas aumentará nossa capacidade de geração de energia e atenderá nossas necessidades internas, mas também permitirá exportar para países vizinhos e mobilizar recursos essenciais para nossos esforços de desenvolvimento rápido, que já estão gerando resultados promissores (Tsega, 2017, p. 2, tradução livre).

### **IV. Dimensões emocionais e orgulho nacional**

A GERD destaca-se como um dos maiores projetos da África Subsaariana, construído de maneira totalmente autônoma pela Etiópia, um dos países mais pobres do mundo, despertando um profundo orgulho nacional. Projetos desse porte atraem atenção e apoio popular reforçando a percepção do quão imprescindível é para o desenvolvimento nacional. O governo conseguiu construir um “consenso nacional” em torno da represa, relacionando-a à identidade nacional dos etíopes e transcendendo as divisões étnicas, religiosas e geográficas presentes no país.

Em síntese, a bacia do rio Nilo expõe as dinâmicas de poder das relações hídricas transfronteiriças, onde cooperação e conflito coexistem entre os países ribeirinhos, em especial, Egito, Sudão e Etiópia. O Egito, historicamente hegemônico na região, busca preservar sua hegemonia por meio de tratados e pressões diplomáticas com o objetivo de garantir sua segurança hídrica e alimentar. A construção da GERD representa uma contestação a essa hegemonia, por parte da Etiópia, e demonstra o desejo do país em promover seu desenvolvimento econômico e regional. Além do caráter econômico e ambiental dessa disputa, pode-se analisá-la sob a ótica política e identitária. O Egito crê que a redução do fluxo do Nilo é uma ameaça existencial, enquanto a Etiópia vê a barragem como sinônimo de soberania e progresso nacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso demonstra o papel ambíguo que a Etiópia desempenha na região do Chifre da África: concomitantemente que reafirma a sua posição de provedora de segurança e visa estabelecer-se como um “hegemônico benevolente”, enfrenta limitações substanciais em sua capacidade de liderança, sendo sua situação de segurança regional idêntica há 15 anos, levando os autores a classificá-la como um “*hegemon* imperfeito” (Gourillec, 2018). Portanto, liderança é um conceito mais apropriado para retratar a situação etíope entre 2000 e 2018, uma vez que, apesar de suas capacidades militares e sua população expressiva, o país nunca foi preponderante na região, embora conseguisse exercer influência como nenhum outro estado na região.

Todavia, o país apresenta potencial em se tornar um *hegemon* regional: é o segundo estado mais populoso após a Nigéria e o estado mais populoso do Chifre; possui o terceiro maior exército da África Subsaariana; apresentava um crescimento acelerado antes da pandemia de COVID-19; e era o país-sede da União Africana (Quinn; Akyol, 2021). Entretanto, as expressivas taxas de pobreza e a instabilidade doméstica limitam essa ascensão. O fato do país ser um símbolo de resistência ao colonialismo contribui para o seu prestígio, porém os constantes conflitos presentes na região como, por exemplo, a relação hostil com a Eritreia, restringe a sua capacidade em exercer plenamente seu poder regional (Kłosowicz, 2015).

A relação conflituosa entre a Etiópia e a Eritreia evidencia como as disputas de fronteira e o histórico antagônico de cooperação e conflito moldam como o país lida com a questão da segurança regional. Lyons (2009) observa que, após a guerra entre 1998 e 2000, a tensão entre os dois países continuou, com disputas não resolvidas que refletiam interesses domésticos e regionais mais amplos. A continuidade desse impasse após o conflito comprova as dificuldades da Etiópia em consolidar sua influência na região e, simultaneamente, demonstra a oscilação da política externa etíope em tentar impor sua hegemonia e necessitar de apoio externo para conter ameaças.

Com relação à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Etiópia desempenha um papel fundamental de garantia de paz e segurança regionais e cooperação política e econômica. A organização, responsável pela integração regional da África, enfrenta um cenário de secas cíclicas e prolongadas resultando em ciclos de fome e de insegurança alimentar que diversos Estados devem enfrentar. Esse quadro é agravado por guerras civis, proliferação de grupos terroristas, pirataria marítima e colapso estatal, o que dificulta a implementação de planos para enfrentar essa situação. Zeca (2017) exemplifica com

os casos da Somália e do Sudão, indicando que a complexidade dos conflitos domésticos e a diversidade de atores tornam as soluções institucionais regionais insuficientes.

A intervenção etíope na Somália demonstra que as missões de *peacekeeping* frequentemente servem para impor os interesses de países dominantes, em vez de promover a pacificação no país alvo da intervenção, sendo percebidas como hostis e fortalecendo grupos insurgentes. O Governo Federal de Transição (TFG), apoiado pela Etiópia e pelos Estados Unidos, foi vista como uma forma de domínio etíope-americano, levando à deslegitimação popular e à proliferação de movimentos guerrilheiros urbanos (Verhoeven, 2009). Segundo Guluma (2017), apesar de a intervenção ter resultado em milhares de civis deslocados e agravado a crise humanitária, ela foi justificada pela necessidade de segurança regional, ilustrando como as tensões entre soberania e influência externa continuam a moldar a política etíope.

Em contrapartida, a *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (GERD), maior projeto hidrelétrico de grande escala da Etiópia, deve ser analisada sob a ótica da consolidação da hegemonia etíope sobre o rio Nilo representando um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico e simbolizando a autonomia e o “renascimento” da Etiópia. A barragem, além de expandir a capacidade hidrelétrica do país e ser um centro de exportação de energia regional, desafia a hegemonia histórica de mais de 5.000 anos do Egito sobre o Nilo e introduz um novo equilíbrio regional de poder (Gebresenbet; Wondemagegnehu, 2021; Tadese, 2020; Tsega, 2017). Nasr e Neef (2016) apontam que, enquanto o Egito considera a GERD uma ameaça à sua segurança hídrica e se opõe ao projeto, a Etiópia a observa como uma oportunidade de redefinir seu *status* econômico, consolidando a imagem de ser capaz de liderar com capital próprio projetos deste porte e afirmando-se como uma potência regional emergente.

Desse modo, este Trabalho de Conclusão de Curso evidencia a Etiópia como um país hegemônico benevolente e, simultaneamente, que busca cooperação regional, num cenário hostil de conflitos regionais. Embora se afirme como uma potência emergente, sua situação doméstica marcada por desigualdade e conflitos, disputas de fronteira e dependência de apoio externo para mitigar tensões demonstram as limitações de sua hegemonia. Portanto, é possível considerá-la uma potência regional em ascensão, capaz de exercer influência significativa, mas não como um *hegemon* absoluto e inquestionável. O futuro da Etiópia no Chifre da África dependerá unicamente de sua capacidade de equilibrar interesses de segurança, desenvolvimento e cooperação regional em um contexto de complexas dinâmicas políticas e econômicas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN UNION. About the African Union. *In*: AFRICAN UNION. **Member States**. [S. l.], [21--]. Disponível em: [https://au.int/en/member\\_states/countryprofiles2](https://au.int/en/member_states/countryprofiles2). Acesso em: 27 ago. 2024.

AFRICAN UNION. About the African Union. *In*: AFRICAN UNION. **Overview**. [S. l.], [21--]. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ARQUIVO MARXISTA NA INTERNET. Mengistu Haile Mariam. *In*: ARQUIVO MARXISTA NA INTERNET. **Dicionário Político**. [S. l.], [21--]. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/mengistu\\_haile.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/mengistu_haile.htm). Acesso em: 16 out. 2024.

BERHANU, K. Peacebuilding in the context of Ethiopia–IGAD relations. *In*: ADETULA, V.; BEREKETEAB, R.; OBI, C. **Regional Economic Communities and Peacebuilding in Africa: Lessons from ECOWAS and IGAD**. 1. ed. Londres: Routledge, 2020. cap. 13, p. 174-186. ISBN 9781003093695. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9781003093695-13/peacebuilding-context-ethiopia%E2%80%93igad-relations-kassahun-berhanu>. Acesso em: 15 out. 2024.

BLANCHARD, L. P. Ethiopia: An Overview. **Congressional Research Service**, Washington D.C., 5 maio 2015. Disponível em: <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc807013/>. Acesso em: 23 maio 2024.

DE FALCO, S.; FIORENTINO, G. The GERD dam in the water dispute between Ethiopia, Sudan and Egypt. A scenario analysis in an ecosystem approach between physical and geopolitical geography. **AIMS Geosciences**, Nápoles, v. 8, n. 2, p. 233-253, 2022. DOI 10.3934/geosci.2022014. Disponível em: <https://www.aimspress.com/aimspress-data/aimsgeo/2022/2/PDF/geosci-08-02-014.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

ENA. Ethiopia, Somalia Pledge to Further Strengthen Cooperation. **ENA**, Addis Ababa, 9 set. 2023. Disponível em: [https://www.ena.et/web/eng/w/eng\\_3305107](https://www.ena.et/web/eng/w/eng_3305107). Acesso em: 20 out. 2024.

G1. Hosni Mubarak, ex-ditador do Egito, morre aos 91 anos. **G1**, [S. l.], 25 fev. 2020. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/25/morre-hosni-mubarak-ex-presidente-do-egito-segundo-tv-estatal-do-pais.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2024.

FARUS BELAY, G. A Review of Ethiopia's Security Challenges in The Horn of Africa. **U.S. Army War College: Strategy Research Project International Fellow**, Carlisle, PA, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA588599>. Acesso em: 18 abr. 2024.

GEBRELUEL, G. Ideology, grand strategy and the rise and decline of Ethiopia's regional status. **International Affairs**, [s. l.], v. 99, n. 3, p. 1127–1147, 2023. DOI

<https://doi.org/10.1093/ia/iad111>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/99/3/1127/7147418?login=false>. Acesso em: 23 maio 2024.

GEBRESENBET, F.; WONDEMAGEGNEHU, D. Y. New Dimensions in the Grand Ethiopian Renaissance Dam Negotiations: Ontological Security in Egypt and Ethiopia. **African Security**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-27, 2021. DOI <https://doi.org/10.1080/19392206.2021.1905921>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19392206.2021.1905921>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOURIELLEC, S. L. Regional power and contested hierarchy: Ethiopia, an ‘imperfect hegemon’ in the Horn of Africa. **International Affairs**, [s. l.], v. 94, n. 5, p. 1059-1075, 1 set. 2018. DOI <https://doi.org/10.1093/ia/iyy117>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/94/5/1059/5092073?login=false>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GULUMA, W. The Role of Ethiopia in Peace Process and Conflict Resolution at the Horn of Africa and Impacts of Military Intervention in Somalia Post 1991. **The Journal of Social Sciences Research**, [s. l.], v. 3, n. 11, p. 108-114, 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/arp/tjssrr/2017p108-114.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

IGAD. Who we are. In: IGAD. **IGAD Structure**. [S. l.], [21--]. Disponível em: <https://igad.int/about/?tab=igad-structure>. Acesso em: 27 ago. 2024.

IGAD. Who we are. In: IGAD. **The History**. [S. l.], [21--]. Disponível em: <https://igad.int/about/?tab=the-history>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INGIRIIS, M. H. From Al-Itihaad to Al-Shabaab: how the Ethiopian intervention and the ‘War on Terror’ exacerbated the conflict in Somalia. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 39, n. 11, p. 1-20, 2018. DOI <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1479186>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2018.1479186>. Acesso em: 16 out. 2024.

KŁOSOWICZ, R. The Role of Ethiopia in the Regional Security Complex of the Horn of Africa. **Ethiopian Journal of Social Sciences and Language Studies**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 83-97, dez. 2015. Disponível em: <https://ruj.uj.edu.pl/handle/item/33944>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LATA, L. The Ethiopia-Eritrea War. **Review of African Political Economy**, [s. l.], n. 97, p. 369-388, 2003. DOI <https://doi.org/10.1080/03056244.2003.9659772>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/03056244.2003.9659772?needAccess=true>. Acesso em: 15 out. 2024.

LYONS, T. The Ethiopia–Eritrea Conflict and the Search for Peace in the Horn of Africa. **Review of African Political Economy**, [s. l.], v. 36, n. 120, p. 167-180, 22 jul. 2009. DOI

<https://doi.org/10.1080/03056240903068053>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056240903068053>. Acesso em: 12 out. 2024.

MESFIN, B. Ethiopia's Role and Foreign Policy in the Horn of Africa. **International Journal of Ethiopian Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1/2, p. 87-113, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41756936>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MOSLEY, J. Ethiopia's Quest for Sea Access and the Question of Somali Sovereignty. **African Arguments**, [S. l.], 19 fev. 2024. Africa's Foreign Engagements, p. 1-2. Disponível em: <https://africanarguments.org/2024/02/ethiopias-quest-for-sea-access-and-the-question-of-somali-sovereignty/>. Acesso em: 20 out. 2024.

NASR, H.; NEEF, A. Ethiopia's Challenge to Egyptian Hegemony in the Nile River Basin: The Case of the Grand Ethiopian Renaissance Dam. **Geopolitics**, [s. l.], p. 1-21, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/14650045.2016.1209740>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2016.1209740>. Acesso em: 20 out. 2024.

QUINN, J. J.; AKYOL, S. Ethiopian Foreign Policy: A Weak State or a Regional Hegemon?. **Journal of Asian and African Studies**, [s. l.], v. 56, n. 5, p. 1094–1118, 2021. DOI <https://doi.org/10.1177/00219096211007649>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00219096211007649>. Acesso em: 23 maio 2024.

SALIM, S. S. Breaking the Deadlock: Balancing Ethiopia's Seaport Quest and Somalia's Sovereignty in the Framework of International Law. **Sidra Institute: Policy Brief**, Garowe, n. 21, p. 1-14, jul. 2024. Disponível em: <https://sidrainstitute.org/wp-content/uploads/2024/07/Breaking-the-Deadlock-Balancing-Ethiopias-Seaport-Quest-and-Somalias-Sovereignty-in-the-Framework-of-International-Law.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

SWAIN, A. Ethiopia, the Sudan, and Egypt : The Nile River Dispute. **The Journal of Modern African Studies**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 675-694, 1997. DOI <https://doi.org/10.1017/S0022278X97002577>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/ethiopia-the-sudan-and-egypt-the-nile-river-dispute/15B114D1188FDAF5AC46E4A289812CE0>. Acesso em: 20 out. 2024.

TADESE, J. The Grand Ethiopian Renaissance Dam (GERD): Diplomatic War Between Ethiopia and Egypt. **Alice Salomon Hochschule Berlin: University of Applied Sciences**, Berlin, p. 1-16, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jiregna-Tadese/publication/351256854\\_The\\_Grand\\_Ethiopian\\_Renaissance\\_Dam\\_GERD\\_Diplomatic\\_War\\_Between\\_Ethiopia\\_and\\_Egypt/links/608d9cf492851c490fae35ec/The-Grand-](https://www.researchgate.net/profile/Jiregna-Tadese/publication/351256854_The_Grand_Ethiopian_Renaissance_Dam_GERD_Diplomatic_War_Between_Ethiopia_and_Egypt/links/608d9cf492851c490fae35ec/The-Grand-)

Ethiopian-Renaissance-Dam-GERD-Diplomatic-War-Between-Ethiopia-and-Egypt.pdf.

Acesso em: 20 out. 2024.

TADESSE, M.; YOUNG, J. TPLF: reform or decline?. **Review of African Political Economy**, [s. l.], n. 97, p. 389-403, 2003. DOI <https://doi.org/10.1080/03056244.2003.9659773>.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2003.9659773>.

Acesso em: 12 nov. 2024.

THE ECONOMIST. By dawn the Islamists were gone. **The Economist**, Nairóbi, 4 jan. 2007.

Middle East & Africa. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2007/01/04/by-dawn-the-islamists-were-gone>. Acesso em: 19 out. 2024.

TSEGA, A. H. The Geopolitics of Water Negotiations Succeeding the GERD Project in the Nile River Basin: the case of Ethiopia, Egypt, and Sudan. **INSAMER**, [s. l.], n. 34, p. 1-11, 2017.

Disponível em: [https://en.insamer.com/uploads/pdf/the-20geopolitics-20water-20negotiations-1\\_1.pdf](https://en.insamer.com/uploads/pdf/the-20geopolitics-20water-20negotiations-1_1.pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

VERHOEVEN, H. The self-fulfilling prophecy of failed states: Somalia, state collapse and the Global War on Terror. **Journal of Eastern African Studies**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 405-425, 2009.

DOI <https://doi.org/10.1080/17531050903273719>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17531050903273719>. Acesso em: 19 out. 2024.

VILLICANA, R. L.; VENKATARAMAN, M. Public Policy Failure or Historical Debacle? A Study of Eritrea's Relations With Ethiopia Since 1991. **Review of Policy Research**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 549-575, 26 abr. 2006. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.2006.00215.x>.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1541-1338.2006.00215.x>. Acesso em: 12 out. 2024.

ZECA, E. J. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 191-226, mai./ago. 2017. Disponível em:

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes_Regionais_e_Processos_de_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r)

[disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes\\_Regionais\\_e\\_Processos\\_de\\_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes_Regionais_e_Processos_de_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r)

[yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes_Regionais_e_Processos_de_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r)

[2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes_Regionais_e_Processos_de_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r)

[u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77027843/33155-libre.pdf?1640158136=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DOrganizacoes_Regionais_e_Processos_de_Pr.pdf&Expires=1728831569&Signature=XNADkENiEn1uXWz9V3sI6Lyc0xT7cT386Nsq~Re09DODHmaf1f~18~LT14zxZPLIRntml4I~Fs5VBFg2fAcOEzKq9-yBz~Qz80a614P5Q2zxFEz8k3INF2VIIQTp3CJwEjaTz9gD~87IHfjK77tY~YSKmh7eNjgq-2krO~G6EBxGV3OnByMPnvQpJN50WK-0vcBkQoc6P76ScUGbqDtg0EsSW-u5XC1sg3fjCLduRka0BI2ahDcwpWzVsa096MeYcIyu7RC2LbZPYn8jj38D12xpP7KiTuk~r)

RYmF2-oDfbnvv9fK4jmwZQTmMFlutJMhzoHUG9YeaoyrGvnJpx5UQ\_\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 13 out. 2024.